

**FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA  
ARQUITETURA E URBANISMO**

**LAURA FARIA DE OLIVEIRA**

**A INCLUSÃO DO IDOSO NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO**

Um estudo da acessibilidade na praça Monsenhor Rocha Caratinga/MG

**CARATINGA - MG**

**2020**

**LAURA FARIA DE OLIVEIRA**

## **A INCLUSÃO DO IDOSO NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO**

Um estudo da acessibilidade na praça Monsenhor Rocha Caratinga/MG

Projeto de Pesquisa apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Doctum de Caratinga, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadores: Prof. Dr. Rogério Francisco Werly Costa e Prof. Leonardo de Souza Caetano

**CARATINGA - MG**

**2020**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **A INCLUSÃO DO IDOSO NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO: UM ESTUDO DA ACESSIBILIDADE NA PRAÇA MONSENHOR ROCHA, CARATINGA-MG**, elaborado pelo(s) aluno(s) **LAURA FARIA DE OLIVEIRA**

foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de Arquitetura e Urbanismo das FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

**BACHAREL EM Arquitetura e Urbanismo.**

Caratinga, 18 de dezembro de 2020



**ROGÉRIO FRANCISCO WERLY COSTA**  
Prof. Orientador



**CAMILA ALVES DA SILVA**  
Prof. Avaliador 1



**TIAGO DA CUNHA ROSA**  
Prof. Examinador 2

## **AGRADECIMENTOS**

Ao universo, agradeço o dom da vida – as infinitas possibilidades de cada novo amanhecer e a magia de cada encontro. Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, por todo amor, cuidado e presença. Aos meus amigos, pelo apoio e carinho. Agradeço aos meus colegas de sala, por todas as trocas e risadas tão essenciais nessa jornada. Aos professores, pelos ensinamentos e dedicação. Muita luz a todos nós!

*“Cada vez que um de nós se torna um ser iluminado,  
toda a humanidade caminha um passo em direção a  
iluminação.”*

*Monja Coen*

## RESUMO

Nos últimos anos a longevidade do homem tem aumentado muito. O crescente número da população idosa desperta a consciência sobre a existência da velhice como uma questão social que requer atenção, uma vez que está vinculada a aspectos como mudança de papéis e perdas diversas. Sabe-se que grande parte das pesquisas relacionadas ao projeto de ambientes para idosos são direcionadas para instituições de longa permanência ou ambientes residenciais, porém as áreas livres públicas urbanas, especialmente as praças, muitas das vezes são a única opção de local para lazer disponível para os mais velhos. Sendo assim, deve-se projetar espaços que funcionem como instrumento de uma cidade inclusiva para a pessoa idosa, proporcionando condições de acesso, circulação e permanência sem limitações e obstáculos. A monografia aqui apresentada buscou, por meio da análise de um recorte urbano genérico, verificar as condições de acessibilidade física necessárias para que o usuário longo se aproprie do espaço livre público, trazendo como estudo de caso a praça Monsenhor Rocha e seu entorno, localizados na cidade de Caratinga, Minas Gerais. Com metodologia de natureza exploratória e abordagem de cunho qualitativo, esta monografia traz a revisão de bibliografias pertinentes ao tema em estudo, elucidando questões como o idoso no Brasil, acessibilidade e a praça como espaço público. A pesquisa de campo consistiu em observação sistemática, levantamento de dados por meio de fotografias, medições e desenhos esquemáticos, elaboração de mapas e convivência com os usuários longevos do espaço. No que diz respeito aos elementos observados, a praça Monsenhor Rocha apresenta-se como um local de alto fluxo de transeuntes, mas baixa permanência de pessoas. Os resultados obtidos permitiram identificar quais aspectos podem favorecer ou coibir a utilização desse ambiente pelos idosos. Espera-se que esta monografia possa servir de base para futuros projetos de arquitetura no local e em outros espaços públicos urbanos, proporcionando não apenas aos idosos, mas a toda população, uma cidade inclusiva e habitável com mais dignidade.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Espaço público urbano. Idoso. Inclusão Social. Praça.

## ABSTRACT

In recent years, man's longevity has increased a lot. The growing number of the elderly population raises awareness of the existence of old age as a social issue that requires attention, since it is linked to aspects such as changing roles and various losses. It is known that a large part of the research related to the design of environments for the elderly is directed to long-term institutions or residential environments, however the free urban public areas, especially the squares, are often the only option for leisure available for the elderly people. Therefore, spaces that function as an instrument of an inclusive city for the elderly should be designed, providing conditions for access, circulation and permanence without limitations and obstacles. The monograph presented here sought, through the analysis of a generic urban section, to verify the conditions of physical accessibility necessary for the long-lived user to appropriate the public free space, bringing as a case study the Monsenhor Rocha square and its surroundings, located in city of Caratinga, Minas Gerais. With an exploratory methodology and a qualitative approach, this monograph brings a review of bibliographies relevant to the topic under study, elucidating issues such as the elderly in Brazil, accessibility, and the square as a public space. The field research consisted of systematic observation, data collection through photographs, measurements and schematic drawings, elaboration of maps and living with long-lived users of the space. About the elements observed, Monsenhor Rocha Square presents itself as a place with a high flow of passers-by, but a low number of people who remain. The results obtained allowed to identify which aspects may favor or restrict the use of this environment by the elderly. It is hoped that this monograph can serve as a basis for future architectural projects in the place and in other urban public spaces, providing not only the elderly, but the entire population, with an inclusive and livable city with more dignity.

**Keywords:** Accessibility. Urban public space. Seniors. Social inclusion. Square.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Orientação/informação por meio da paginação.....	14
Figura 2 – Livre fluxo e circulação de pessoas.....	14
Figura 3 – Mobiliário urbano – academia ao ar livre.....	15
Figura 4 – Áreas de descanso e permanência .....	16
Figura 5 – Rampas e escadas próximas e patamar alargado .....	18
Figura 6 – Travessia elevada com semáforo para pedestre .....	18
Figura 7 – Área de estar.....	19
Figura 8 – Mesa – medidas e área de aproximação .....	20
Figura 9 – A praça Fonte Nova .....	28
Figura 10 – Zonas de permanência.....	29
Figura 11 – Mobiliário urbano da praça Fonte Nova .....	30
Figura 12 – A Praça do Idoso.....	31
Figura 13 – Equipamentos e mobiliário .....	32
Figura 14 – Informação/orientação.....	32
Figura 15 – Praça do Rosário na década de 1950 .....	33
Figura 16 – Praça do Rosário.....	34
Figura 17 – Pavimentação da praça.....	35
Figura 18 – Equipamentos e mobiliário urbano .....	36
Figura 19 – Revitalização da Praça do Rosário .....	36
Figura 20 – Antiga Catedral São João Batista.....	38
Figura 21 – A expansão urbana de Caratinga.....	39
Figura 22 – Construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição.....	40
Figura 23 – Mapa das praças de Caratinga .....	41
Figura 24 – Objeto de estudo .....	42
Figura 25 – Planilha de observação e caracterização .....	46
Figura 26 – Barreiras físicas encontradas na praça .....	48
Figura 27 – Pavimentação danificada .....	49
Figura 28 – Mapa de vegetação.....	49
Figura 29 – A situação dos passeios.....	50
Figura 30 – Ponto de ônibus no entorno da praça .....	51
Figura 31 – Mapa de fluxo viário .....	53
Figura 32 – Mapa de uso e ocupação do solo.....	54

Figura 33 – Mapa de uso do entorno imediato .....	56
Figura 34 – Poluição visual no entorno da praça Monsenhor Rocha .....	57
Figura 35 – Mapa de gabarito das edificações.....	58
Figura 36 – Gráfico de hábitos dos usuários idosos da praça.....	60

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
2.1 O IDOSO NO BRASIL.....	14
2.1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO .....	14
2.1.2 ESPAÇO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO PARA INCLUSÃO SOCIAL.....	16
2.2 ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS .....	18
2.3 A PRAÇA COMO ESPAÇO PÚBLICO.....	28
2.3.1 ESPAÇO PÚBLICO LIVRE URBANO.....	28
2.3.2 A PRAÇA – HISTÓRICO, MORFOLOGIA E EQUIPAMENTOS.....	31
<b>3 OBRAS REFERENCIAIS</b> .....	<b>35</b>
3.1 PRAÇA FONTE NOVA - LISBOA, PORTUGAL .....	35
3.2 PRAÇA DO IDOSO – SÃO PAULO .....	38
3.3 PRAÇA DO ROSÁRIO – MURIAÉ, MINAS GERAIS.....	40
<b>4 CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETO DE ESTUDO</b> .....	<b>44</b>
4.1 A CIDADE, A PRAÇA MONSENHOR ROCHA E SUAS RELAÇÕES.....	44
4.2 OBJETO DE ESTUDO: A PRAÇA MONSENHOR ROCHA.....	49
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>51</b>
5.1 REVISÃO DA LITERATURA.....	51
5.2 PESQUISA DOCUMENTAL.....	51
5.3 PESQUISA DE CAMPO.....	52
5.3.1 OBSERVAÇÕES SISTEMÁTICAS.....	52
5.3.2 MAPEAMENTO DA ÁREA.....	54
5.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	54
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>55</b>
6.1 OBSERVAÇÕES SISTEMÁTICAS.....	55
6.2 MAPA DE FLUXO VIÁRIO: PEDESTRES E VEÍCULOS .....	59
6.3 MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	61
6.4 MAPA DE USO DO ENTORNO IMEDIATO.....	62

6.5 MAPA DE GABARITO DAS EDIFICAÇÕES.....	64
6.6 CONVIVÊNCIA COM OS IDOSOS.....	66
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE A - PLANILHA DE OBSERVAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO .....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O mundo está envelhecendo ligeiro: o envelhecimento da população é um fenômeno que se deu, a princípio, nos países desenvolvidos no final da década de 40 e início dos anos 50. No Brasil, assim como em outros países menos desenvolvidos, o aumento da expectativa de vida tornou-se mais evidente a partir da década de 60, devido aos progressos relacionados às questões de saúde, como vacinas, antibióticos e quimioterápicos que tornaram possível a prevenção ou cura de muitas doenças.

Com base na publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “a população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017”. A previsão é de que a população idosa ultrapasse os 13,8% em 2020 e em 2060 atinja 33,7% (IBGE, 2018).

Sendo assim, fica evidente que nos últimos anos a longevidade do homem tem aumentado muito. Mendes et al. (2005) explicam que o crescente número da população idosa desperta a consciência da existência da velhice como uma questão social que requer grande atenção, já que está vinculada a quesitos como crise de identidade, mudança de papéis, aposentadoria, perdas diversas e diminuição dos contatos sociais. O Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003, artigo 3º, é bastante claro nos direitos do idoso:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

Simultaneamente, nos anos derradeiros, a sociedade vivenciou um fenômeno: a concentração cada vez maior de pessoas nas cidades ou zonas urbanas. Como destaca a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008, p. 8), em 2007 metade da população mundial total vivia nas cidades, projetando-se para 2030 que uma razão de 3 a cada 5 pessoas morarão nas zonas urbanas. Conforme informações do Relatório Mundial das Cidades publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2016), até aquele momento, 54% da população vive nas cidades, cifra que subirá para 66% até o ano de 2050.

Envelhecimento e urbanização são assuntos de notória relevância, interligados, compreendendo dois capítulos de uma mesma história. Considerando que a maioria dos idosos vive em zonas urbanas, a OMS publicou em 2008 o Guia Global: Cidade Amiga do Idoso, que afirma: “uma cidade amiga do idoso estimula o envelhecimento ativo ao otimizar oportunidades para saúde, participação e segurança para aumentar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (OMS, 2008, p. 7).

A Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, a Lei 12.587/2012 que dispõe sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana e o Decreto 8.114, de 2013, que discorre sobre o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo servem de sustentação para tornar viável aos municípios incluir as diretrizes da Cidade Amiga do Idoso ao seu desenvolvimento urbano.

O objeto de estudo deste trabalho é o recorte territorial delimitado pela praça Monsenhor Rocha e seu entorno, localizado na área central de Caratinga. O município de Caratinga pertence ao colar metropolitano do Vale do Aço, no interior do Estado de Minas Gerais, região Sudeste do país. Ocupa uma área de 1.258.660 km<sup>2</sup>, sendo que 9,2 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano. Segundo o último censo realizado pelo IBGE, em 2010 sua população era de 85.239 habitantes (IBGE, 2010).

A expansão da malha urbana de Caratinga ocorreu por meio de uma ocupação espontânea e irregular de seu entorno, o que resultou em áreas ociosas ou mal-uso do solo. É notória a falta de valor presente no município quando se trata da qualidade de seus espaços públicos urbanos, situação que gera uma constante insatisfação e perigo para a população, principalmente para os mais velhos, necessitando de uma readequação.

Para compensar as mudanças físicas, psicológicas e sociais que o envelhecimento ocasiona, os idosos possuem uma necessidade especial de ambientes que lhes deem suporte e capacitem. Grande parte dos espaços públicos urbanos, ao serem projetados e construídos não consideram seu usuário como longo vivo, o que ocasiona problemas com a falta de acessibilidade e risco de acidentes, agravando as condições de vida do cidadão idoso.

Em nível local, a existência de legislações como a Lei 2.685/2002, que dispõe sobre a política municipal do idoso, por si só, não garante um espaço público adequado para atender às demandas desse segmento social. Não há, por parte dos

órgãos responsáveis, um controle efetivo no cumprimento dessas diretrizes, o que configura uma realidade preocupante. Tendo em vista razões econômicas e administrativas nos pequenos municípios, a insuficiência de investimentos torna-se um obstáculo à implantação de soluções para as questões de acessibilidade às áreas livres públicas.

Este estudo justifica-se pela carência de locais de lazer apropriados para os idosos, que ofereçam autonomia e segurança, considerando não somente o bem-estar físico, mas também psicológico de seus usuários. Tem-se ainda, como justificativa, as más condições que se encontram os espaços públicos urbanos de Caratinga. O município possui uma malha viária confusa, que prioriza os veículos em detrimento dos pedestres, os passeios estão malconservados e os equipamentos urbanos não oferecem as condições necessárias para atender aos usuários idosos, tampouco aos portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida, situação evidente no recorte territorial foco deste trabalho, a praça Monsenhor Rocha e seu entorno. Tratando-se de uma cidade em desenvolvimento, Caratinga tem condições de readequar seus espaços públicos, visando garantir aos seus cidadãos maior inclusão social, melhores condições de mobilidade urbana e qualidade de vida.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é, por meio do estudo de um recorte urbano genérico, verificar o quanto as praças no município de Caratinga, enquanto espaços públicos urbanos, atendem a pré-requisitos necessários para que esses espaços funcionem como instrumento de uma cidade inclusiva para a pessoa idosa, oferecendo condições de acesso e circulação sem limitações e obstáculos. Para tanto, faz-se necessários os seguintes objetivos específicos:

1. Análise do recorte territorial delimitado pela praça Monsenhor Rocha e seu entorno, considerando os critérios da mobilidade urbana e desenho universal;
2. Identificação das principais dificuldades físico-espaciais enfrentadas pelos idosos que circulam pelas mediações da área em questão;
3. Estudo de viabilização da requalificação da praça por meio da análise dos resultados da pesquisa.

De natureza exploratória e qualitativa, os métodos utilizados na elaboração desse trabalho serão desenvolvidos por meio de:

- Pesquisas de cunho teórico-conceitual; levantamento de referencial teórico;

- Visitas ao campo para observação dos fluxos, compreensão dos usos e convivência com os idosos que frequentam a praça;
- Levantamento fotográfico;
- Levantamento de dados por meio de medições, desenhos esquemáticos e dimensionamento do espaço;
- Estudo das condições de acessibilidade do recorte e sua adequabilidade com as normas vigentes.

Espera-se que essa análise possa servir de base para futuros projetos de arquitetura dos espaços públicos urbanos, proporcionando não apenas aos idosos, mas a toda população, uma cidade habitável com dignidade, reduzindo barreiras e desigualdades, possibilitando conviver com as diferenças e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e democrática.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo desenvolve-se por um breve relato sobre a situação do idoso no Brasil, seguido pela revisão bibliográfica dos principais autores referentes aos temas acessibilidade para idosos e a praça como espaço público, que fazem parte da fundamentação teórica acerca do estudo desenvolvido nessa monografia.

### 2.1 O IDOSO NO BRASIL

#### 2.1.1 Políticas públicas para o envelhecimento

No passado, ser idoso era um privilégio para poucos. De acordo com a OMS (2015), até a dois séculos atrás, um indivíduo comum, que não teve uma vida luxuosa, não tinha expectativa de viver até os 60 anos, algo corriqueiro atualmente. O aumento da expectativa de vida, aliado às quedas acentuadas de fertilidade ocasionou um rápido envelhecimento da população. O Ministério da Saúde (2013, p. 5) discorre sobre esse fato que ocorre em âmbito mundial:

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial que, nos anos mais recentes, ganha maior importância nos países em desenvolvimento. No Brasil, o crescimento da população idosa é cada vez mais relevante, tanto em termos absolutos quanto proporcionais. Os efeitos do aumento desta população já são percebidos nas demandas sociais, nas áreas de saúde e na previdência (BRASIL, 2013).

Como comprovam as pesquisas e estatísticas das últimas décadas, o Brasil foi surpreendido com o crescente aumento de sua população idosa. Essa nova configuração da sociedade exigiu que o país acrescentasse o grupo das pessoas idosas ao conjunto de preocupações e investimentos sociais.

De acordo com Rodrigues (2001), até a década de 70, todo o trabalho de atenção aos idosos realizado no Brasil era de natureza caritativa, desenvolvido principalmente por ordens religiosas ou corporações leigas filantrópicas. A autora afirma que: “foi no início de 70 o surgimento de um número significativo de idosos em nossa sociedade, preocupando técnicos da área governamental e do setor privado, o

que provocou o despertar dessas pessoas para a questão social do idoso” (RODRIGUES, 2001, p. 149).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), prevê, em seu artigo 1º, o fundamento da dignidade da pessoa humana e logo após, no artigo 3º estabelece-se como um dos principais objetivos da República a promoção do bem de todos, sem preconceito ou discriminação de origem, sexo, cor ou idade. Além disso, assegura-se o direito de amparo dos idosos pela família, sociedade e pelo Estado nos artigos 229 e 230.

Ainda que a Constituição Federal tratasse questões sobre o envelhecimento, somente em 1994 foi instituída uma política nacional direcionada especificamente para as pessoas idosas, a Política Nacional do Idoso (PNI) - Lei nº 8.842/1994, que tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, como é estabelecido logo em seu artigo 1º.

Explica Assis (2004) que por meio de um serviço de assistência adequada, que possibilite ao idoso conviver com eventuais limitações é possível controlar os problemas de saúde comuns na velhice, preservando sua perspectiva de vida pessoal e social. A diferenciação entre velhice e doença e o cuidado em prover serviços de saúde e de bens essenciais à vida afim de diminuir a incapacidade em idosos, foi afirmada no Brasil também na década de 90, na Declaração de Brasília sobre envelhecimento:

O envelhecimento é um processo normal, dinâmico, e não uma doença. Enquanto o envelhecimento é um processo inevitável e irreversível, as condições crônicas e incapacitantes que frequentemente acompanham o envelhecimento podem ser prevenidas ou retardadas, não só por intervenções médicas, mas também por intervenções sociais, econômicas e ambientais (BRASIL, 1996, p.1).

Além das garantias constitucionais e da PNI, os direitos das pessoas idosas são amparados pelo Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003, que reconhece os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, delibera sobre o direito do idoso à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, aos alimentos, à saúde, à convivência familiar e comunitária e outros mais, competindo ao Estado, à comunidade, à sociedade e à família o compromisso de garantir esses direitos.

Para somar aos esforços para provisionar atenção integral e específica à população idosa, em fevereiro de 2006 o Ministério da Saúde criou as Diretrizes do

Pacto Pela Saúde, que sustentam a necessidade de enfrentamento dos desafios cominados por um processo de envelhecimento caracterizado não somente por doenças e/ou condições crônicas, mas também por incapacidades que podem ser evitadas ou minimizadas.

Ainda no ano de 2006, com base no Estatuto do Idoso, que fortalece ações para garantir aos idosos proteção à vida e à saúde, foi aprovada a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), a qual expõe que o principal problema que pode acometer a pessoa idosa é a perda de sua capacidade funcional, ou seja, a perda das habilidades físicas e mentais necessárias à realização de suas atividades básicas diárias.

São muitas as questões que acompanham o envelhecimento da população. Implantar e assegurar o cumprimento de políticas e leis que atendam às demandas das pessoas idosas significa afirmar o compromisso democrático e constitucional de garantir a todos os cidadãos os direitos humanos. Fortalece-se, assim, o respeito a todos os homens e mulheres.

#### 2.1.2 ESPAÇO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO PARA INCLUSÃO SOCIAL

A inclusão social e o espaço público urbano estão intimamente ligados. Sasaki (1999) afirma que, para ser capaz de incluir todas as pessoas, a sociedade precisa sofrer uma modificação partindo da ideia de que é ela quem deve ser capaz de atender às necessidades de seus indivíduos. Nesse contexto, surge o conceito de inclusão social como:

(...) o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual, as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1999, p.41).

O autor esclarece que a inclusão social é um processo que leva em consideração as transformações da mentalidade de todas as pessoas, incluindo aquelas com necessidades específicas individuais, e dos ambientes físicos, espaços

internos e externos, equipamentos, mobiliário e meios de transporte (SASSAKI, 1999).

De acordo com Veloso (2015), a construção social do envelhecimento na sociedade contemporânea foi marcada por diversos paradigmas. Nesse contexto, surgiram diferentes termos para definir o processo de envelhecimento com qualidade de vida, como envelhecimento “bem-sucedido”, “produtivo”, “saudável” e “envelhecimento ativo”, sendo esse último o termo adotado pela Organização Mundial de Saúde, que é definido como “o processo de otimizar oportunidades para saúde, participação e segurança de modo a realçar a qualidade de vida na medida em que as pessoas envelhecem” (OMS, 2002, p. 14).

Numa perspectiva ampla, Veloso (2015) afirma que envelhecer é um processo que possui características variadas e peculiares, sendo influenciado por fatores biológicos, sociais e psicológicos que se correlacionam de maneira contínua. A autora continua:

A necessidade de promoção de um envelhecimento saudável e com qualidade, ou seja, com saúde, autonomia e independência durante o maior período possível, traduz-se num desafio individual e coletivo para a prevenção e promoção da saúde. Assim, para evitar que o envelhecimento da população e a velhice sejam encarados como um problema, é necessário unificar esforços no sentido de promover um envelhecimento ativo (VELOSO, 2015, p. 22).

Constantemente, o envelhecimento causa o isolamento. Desse modo, se faz necessário incentivar e criar condições para o idoso frequentar novos lugares, participar de grupos sociais e desenvolver atividades fora do ambiente doméstico que lhes aduzam mais satisfação, alegria, aumente sua autoestima e melhore sua qualidade de vida. Porém, a sociabilidade aqui referida só será possível se a cidade oferecer condições para a inclusão, proporcionando individualidade, autonomia e segurança aos seus usuários longevos (ALMEIDA et al., 2010).

Considerando-se que frequentemente as pessoas que possuem idade mais avançada convivem com uma redução de sua mobilidade, o ambiente doméstico e seus arredores tornam-se os espaços mais frequentados no cotidiano desse grupo (PRADO et al., 2010). Nas imediações das residências, as praças estão entre os espaços públicos urbanos de livre acesso que mais propiciam o encontro e a formação de vínculos sociais na comunidade, facilitando a realização de diversas atividades, como a prática de exercícios físicos, jogos, leitura, contemplação, entre outras.

De acordo com Santini (1993), o uso dos espaços públicos urbanos, especialmente das praças e parques, pode ser considerado como um ganho substancial na qualidade de vida nas cidades e na socialização das pessoas, contanto que esses espaços sejam adequados para a sua compatibilização com os aspectos fundamentais da vida contemporânea e, principalmente, com o lazer. Silva et al. (2015, p. 383) afirma que na questão dos idosos, particularmente: “vários grupos de pesquisa têm apresentado indicativos consistentes com relação a esses espaços estimularem a permanência física, cognitiva, social e afetiva, resultando em benefícios para a saúde e o bem-estar”.

Nesse âmbito, os espaços livres públicos, como as praças, além de oferecerem acesso gratuito e irrestrito a todos os segmentos sociais, possibilitam ao idoso contato com a vegetação, favorecem a interação com outras pessoas, permitem a prática de atividades físicas, promovem o bem-estar do corpo e estimulam o contato com o sol, essencial na manutenção da vitamina D, que é indispensável para o metabolismo ósseo no corpo humano, principalmente para as pessoas com idade avançada (PRADO et al., 2010).

## 2.2 ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS

O processo de envelhecimento traz necessidades espaciais diferenciadas, ou seja, os idosos possuem limitações que influenciam sua interação com o meio em que estão inseridos. Paradoxalmente, a velhice não impede que busquem conhecer novos lugares e desenvolver atividades de lazer, sendo indispensável que os espaços ofereçam acessibilidade, conforto e segurança.

Para garantir que um ambiente atenda às demandas da pessoa idosa, suas necessidades devem ser consideradas. Como afirmam Prado et al., é importante que seja um ambiente que encoraje e preserve a capacidade funcional do idoso:

Espaços planejados para receber idosos com limitações favorecem a independência funcional no exercício de atividades do dia a dia, a diminuição de estados de apatia, desinteresse e ansiedade e a diminuição no número de queixas de saúde como dor e fadiga, assim como sentimentos de inutilidade, tristeza e solidão (PRADO et al., 2010, p. 11).

De acordo com dados do IBGE (2018), no Brasil, 14,5% das pessoas possuem algum tipo de deficiência e verifica-se que o processo de envelhecimento torna as pessoas mais suscetíveis a terem alguma deficiência, já que 36,3% dos indivíduos com idade entre 55 e 64 anos possuem deficiência e este número sobe para 47,3% entre as pessoas com 65 a 79 anos.

O termo *Universal Design* (Desenho Universal), como esclarecem Carletto e Cambiaghi (2008) foi empregado pela primeira vez no ano de 1985, nos Estados Unidos, pelo arquiteto Ron Mace, que exerceu grande influência sobre a mudança no desenvolvimento de projetos urbanos, de arquitetura e design. As autoras explicam que de acordo com Ron, o Desenho Universal aplicado à um projeto consiste na criação de ambientes e produtos que possam ser usados pelo maior número de pessoas, alcançando a maior abrangência possível.

Ainda de acordo com as mesmas autoras, no Brasil, as discussões acerca desse assunto tiveram início nos anos 80, com o objetivo de conscientizar profissionais da área de construção. A ONU declarou o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, com isso, o tema ganhou notoriedade no país. Mais tarde, constatou-se que enfrentar problemas com os espaços não era exclusividade das pessoas com deficiência. Então, criou-se a expressão “pessoas com mobilidade reduzida” para designar o grupo de indivíduos com dificuldade de acesso e utilização dos ambientes construídos (CARLETTO E CAMBIAGHI, 2008).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou em 1985 a primeira norma técnica sobre acessibilidade, denominada NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Sua última revisão aconteceu em 2004 e está vigente até os dias atuais a fim de regulamentar os parâmetros técnicos de acessibilidade no país (ABNT, 2015).

Para possibilitar aos idosos a utilização do espaço urbano com equiparação de oportunidades, sendo acessível a todos, devem ser adotadas as diretrizes do desenho universal. O Ministério da Saúde, pelo Decreto Federal nº 5.296/04, define como Desenho Universal:

A concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (BRASIL, 2004, p.26).

Prado et al. (2010, p.3) destaca que os espaços urbanos estarão totalmente adequados ao conceito do desenho universal quando: “qualquer pessoa, idosa ou não, com perdas funcionais, puder transitar pela cidade, deslocar-se pelas calçadas, desfrutar das praças, acessar os edifícios e utilizar-se de transporte público com autonomia e independência”.

Quando se observa o grupo demográfico dos idosos, a predominância de limitações ou restrições é grande. Nota-se que embora algumas limitações sejam de pequena natureza, quando combinadas, podem representar um problema considerável (PRADO et al., 2010).

Sant’anna (2006) define que as limitações fisiológicas que mais afetam a mobilidade da pessoa idosa são:

- a) Declínio da visão: diminuição da acuidade visual (habilidade de ver com nitidez os objetos), perda da visão periférica e do campo visual, menor tolerância à luminosidade e dificuldade em adaptar-se ao escuro. Com a visão comprometida, pode-se perder o equilíbrio;
- b) Declínio da audição: anormalidades do órgão auditivo e maior acúmulo de cera nos ouvidos, o que torna mais difícil distinguir sinais sonoros, prejudicando a orientação de espaço;
- c) Biomecânica do movimento: enfraquecimento dos ossos e problemas nas articulações, que reduzem a flexibilidade, a força muscular e a amplitude dos movimentos;
- d) Aumento do tempo de reação: o processo de envelhecimento ocasiona, conforme o nível de dificuldade da tarefa a ser executada, maior tempo de reação;
- e) Declínio da velocidade de julgamento: menor sensibilidade às mudanças de velocidade e dificuldade em perceber a distância em relação a um veículo.

Dischinger e Bins Ely (2006) identificaram quatro componentes necessários para que os espaços sejam acessíveis. São eles: orientação/informação, deslocamento, uso e comunicação.

O componente orientação/informação busca facilitar a compreensão que os usuários têm dos espaços, tornando possível que uma pessoa se desloque com base nas informações (placas, mapas, diferentes tipos de paginação etc.) que o próprio ambiente fornece (Figura 1).

Figura 1: Orientação/informação por meio da paginação



Fonte: Página da Prefeitura de João Pessoa<sup>1</sup>

O componente deslocamento se refere às condições de livre acesso e circulação que o ambiente deve proporcionar aos seus usuários. Alguns recursos arquitetônicos podem ser empregados a fim de contribuir com esse aspecto, como corrimãos e patamares em escadas e rampas e pisos regulares e antiderrapantes.

Figura 2: Livre fluxo e circulação de pessoas



Fonte: Página da Prefeitura de João Pessoa

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/luciano-cartaxo-entrega-primeira-praca-100-inclusiva-da-paraiba-nesta-segunda-feira-as-18h/> Acesso em: 18 de mai. de 2020.

O uso é o componente relativo à utilização dos equipamentos e mobiliário urbano que fazem parte do ambiente. Para que os objetos e recursos presentes em um local sejam efetivamente utilizados, aspectos como a ergonomia e a configuração espacial do mobiliário devem ser pensados de forma que permitam ao usuário sua aproximação e permanência. A escolha de um mobiliário que permita ao usuário desenvolver atividades de lazer é um convite para a permanência no local. Alguns exemplos são academias ao ar livre, mesas de jogos e bancos em áreas de contemplação (Figura 3).

Figura 3: Mobiliário urbano – academia ao ar livre



Fonte: Página da Prefeitura de João Pessoa<sup>2</sup>

O componente comunicação visa proporcionar de maneira facilitada a interação entre os usuários e o ambiente. Para isso, pode-se adotar recursos tecnológicos, como terminais de informação computadorizados, ou soluções arquitetônicas mais simples, como configurações espaciais com mobiliários de estar e áreas verdes para contemplação (Figura 4).

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/luciano-cartaxo-entrega-primeira-praca-100-inclusiva-da-paraiba-nesta-segunda-feira-as-18h/> Acesso em: 18 de mai. de 2020.

Figura 4: Áreas de descanso e permanência



Fonte: Página da Prefeitura de João Pessoa

As barreiras arquitetônicas configuram-se como um elemento antagônico ao acesso livre e facilitado, uma vez que acarretam diferentes situações que podem tornar difícil a execução de atividades cotidianas, como andar pelas calçadas, atravessar uma rua, utilizar o transporte público, acessar uma edificação etc. Para uma melhor compreensão dessas barreiras, segue a classificação proposta por Dischinger et al. (2007):

- a) Barreiras Atitudinais: denominadas também como barreiras invisíveis, são ligadas ao preconceito. Referem-se aos aspectos de igualdade social, uma vez que a pessoa pode não ser aceita no meio em que está inserida ou não ter acesso às mesmas oportunidades que os outros. São barreiras: “estabelecidas na esfera social, em que as relações humanas se centram nas limitações dos indivíduos e não em suas habilidades, dificultando sua participação na sociedade” (DISCHINGER et al., 2007).
- b) Barreiras Físicas: Dischinger et al. (2007) definiram essas como: “barreiras arquitetônicas, originárias de elementos físicos ou do desenho espacial que dificultam ou impedem a realização de atividades desejadas de forma independente, causando diversos tipos de limitações”. Podem ser barreiras físicas fixas, como postes e bancos

de praça ou barreiras físicas dinâmicas, como veículos estacionados ilegalmente nas calçadas e carrinhos de vendedores ambulantes parados em áreas de circulação de pedestres.

c) Barreiras de Informação: referem-se à sinalização e à comunicação. São elementos de informações adicionais, como placas e mapas que reduzem ou impedem que se obtenha a informação sobre o espaço que se deseja.

Um espaço acessível, é um espaço livre de barreiras. Para tanto, deve-se considerar algumas orientações presentes na NBR-9050 (ABNT, 2015) relacionadas com diversos aspectos existentes nas áreas livres que se pretendem acessíveis para a pessoa idosa.

Em relação a orientação/informação, aponta-se:

- Deve ser disponibilizada de diferentes formas (gráfica, textual, sonora etc.). É aconselhável a implantação de postos de informação e/ou terminais computadorizados, principalmente em grandes áreas livres públicas de lazer. As placas informativas, implantadas ao longo das áreas livres devem estar acima de 1,1 metros de altura e abaixo de 1,8 metros, considerando o alcance visual de uma pessoa em pé, caminhando ou sentada.
- Prever iluminação nas circulações e próximo aos espaços mais representativos, que no caso das vias, deve ter altura acima de 3 metros.

Sobre o deslocamento, indica-se:

- Os pisos devem ser regulares, sem desníveis, antiderrapantes e antirreflexo; em cor diferente da vegetação próxima; quando os pisos estiverem próximos a planos verticais, como muros ou bordas elevadas de canteiros, as cores e texturas entre os elementos devem ser diferenciadas; nas circulações os desenhos dos pisos devem ser regulares, marcando as extremidades do passeio para identificar os seus limites; os pisos de orientação alerta e guia, devem estar presentes marcando obstáculos e possíveis direções de circulação.
- Para os desníveis em áreas livres públicas de lazer, prever rampas e escadas próximas; no começo e fim de rampas e escadas devem ser instalados pisos alerta, com cores contrastantes; as escadas e rampas podem ter as suas laterais elevadas, com iluminação embutida e cor contrastante e no caso específico das escadas, os espelhos dos degraus devem ser fechados; os patamares de rampas e escadas devem ser alargados, permitindo o descanso dos utilizadores, sem

atrapalhar o fluxo da circulação; implantar mobiliários de estar, como bancos, nos alargamentos (Figura 5).

Figura 5: Rampas e escadas próximas e patamar alargado



Fonte: Acervo próprio

- Escadas e rampas devem ser iluminadas com um tipo de iluminação inferior ou com pontos de luz instalados nos espelhos dos degraus ou nas guias de balizamento, delimitando e enfatizando os desníveis; devem ser previstos corrimão e guarda-corpo; nas travessias de vias se utiliza faixa de pedestre elevada, no mesmo nível do passeio, servindo como lombada ou com rebaixamento de guia nos dois lados do passeio, presença de semáforo para pedestres, e alargamento dos passeios nas esquinas (Figura 6).

Figura 6: Travessia elevada com semáforo para pedestre



Fonte: Acervo próprio

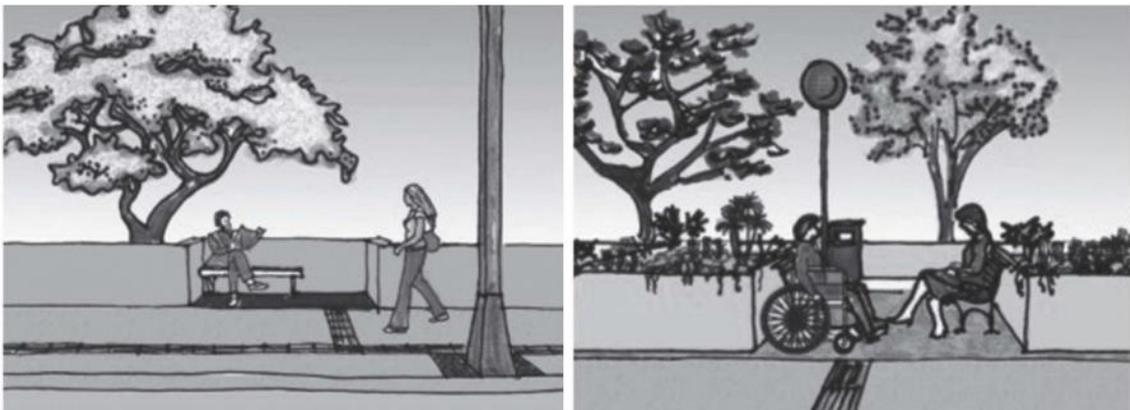
Para o uso, é sugerido:

- Mobiliários como lixeiras, bebedouros, bicicletários etc., em todas as áreas, sem limitação de quantidade, desde que não atrapalhem a livre circulação; mobiliário de fácil visualização e compreensão, com explicações quanto às suas funções e modo de utilização; mobiliário que permita que o idoso o alcance sem dificuldade, sentado ou em pé; mobiliário que acione por botões ou comandos para funcionamento, feito por pressão, que não exige coordenação motora fina ou que tenha diferentes formas de acionamento – manual e com o pé; mobiliários em geral fixos e rígidos, pois idosos com restrição sensorial de equilíbrio podem precisar se amparar; bancos e floreiras com cantos arredondados, para evitar cortes em caso de acidente e mobiliários de cor diferente e contrastante em relação ao pisos e elementos verticais próximos, como paredes e muros.

Em relação à comunicação, destaca-se:

- A disposição dos mobiliários deve prever espaços para idosos em cadeiras de rodas ou com muletas, sem atrapalhar a circulação; o mobiliário deve ser implantado em diferentes configurações espaciais, permitindo conversas laterais e frontais ou garantindo privacidade, de maneira que o usuário possa escolher (Figura 7).

Figura 7: Área de estar



Fonte: Acervo próprio

O item 8 da NBR-9050 (ABNT, 2015), dispõe sobre o mobiliário urbano e define que para ser considerado acessível, o mobiliário urbano deve:

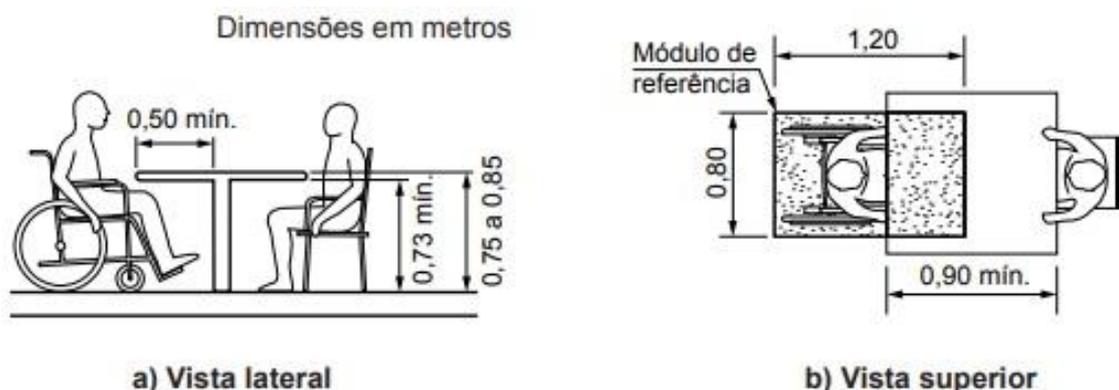
- a) proporcionar ao usuário segurança e autonomia de uso;

- b) assegurar dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, postura e mobilidade do usuário;
- c) ser projetado de modo a não se constituir em obstáculo suspenso;
- d) ser projetado de modo a não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes;
- e) estar localizado junto a uma rota acessível;
- f) estar localizado fora da faixa livre para circulação de pedestre;
- g) ser sinalizado conforme a norma.

O item 10.13 da NBR-9050 (ABNT, 2015), contém diretrizes para o projeto de parques, praças e locais turísticos. São elas:

- a) parques, praças e locais turísticos que possuam pavimentação, mobiliário ou equipamentos edificados ou montados devem ser dotados de rotas acessíveis;
- b) os locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente;
- c) o piso das rotas acessíveis deve atender às especificações;
- d) pelo menos 5%, com no mínimo uma, do total das mesas destinadas a jogos ou refeições devem atender às especificações (Figura 8). Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Figura 8: Mesa – medidas e área de aproximação



## 2.3 A PRAÇA COMO ESPAÇO PÚBLICO

### 2.3.1 ESPAÇO PÚBLICO LIVRE URBANO

Na dinâmica contínua da paisagem urbana, o espaço público manifesta-se como o meio ideal para propiciar e impulsionar os encontros e as transformações sociais. Sendo assim, a existência do meio público é de grande importância no que tange à formação inevitável da coletividade e de novos posicionamentos sociais.

Se analisado sob a perspectiva do aspecto físico, Ribeiro et al. (2000) explicam que o espaço urbano, geralmente, é definido como um complexo de áreas edificadas (espaços predominantemente ocupados por edificações) e áreas livres, ambos decorrentes de atuações humanas institucionalizadas ou não, e que podem estar articulados entre si, em conformidade com uma lógica interna, determinada ao longo do tempo pelos condicionantes do meio, pela cultura e pelo psiquismo de seus construtores.

Sendo assim, Cunha (2011), explica que:

Os espaços edificados são áreas ocupadas de forma significativamente densa pelas construções que atendem as atividades do meio urbano: uso residencial, comercial, industrial, de serviços de educação, saúde, recreação etc.; geralmente em proporção direta, em número e grau de complexidade, ao tamanho e importância do aglomerado populacional. Em outras palavras, é o conjunto urbanístico-arquitetural produzido pelo esforço coletivo das gerações (CUNHA, 2011, p. 27).

De acordo com Macedo et al. (2009), a definição de espaço livre é bastante abrangente e inclui as praças, pátios, largos, parques, terrenos baldios, jardins, quintais e ruas. Os autores entendem o espaço livre como todas as áreas que não estão compreendidas entre paredes e teto, todos aqueles espaços que não estão contidos no domínio das edificações construídas pela sociedade para sua moradia e trabalho.

Ribeiro et al. (2000) definem, no contexto da estrutura urbana, como espaços livres os locais parcialmente edificados, com nula ou mínima proporção de elementos construídos ou de vegetação, como avenidas, ruas, vilas, passeios, pátios, largos, entre outros e ainda, locais que possuem significativa presença de vegetação,

como parques, praças, bosques e jardins, com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além de tornarem viável a distribuição e execução dos serviços públicos em geral.

A localização, a acessibilidade e a distribuição dos espaços livres públicos formam um complexo de conexões multifacetadas no meio urbano: “atividades do ócio, circulação urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, imaginário e memória urbana, lazer e recreação, dentre outros” (MACEDO et al., 2009, p. 8). Os autores explicam que as praças e os parques são as formas mais comuns de espaços livres públicos urbanos no Brasil e estão concentrados, em sua maioria, nos bairros de localidade mais central.

Vieira (2013, p. 64) corrobora essa ideia afirmando que: “no resultado espacial das cidades, as áreas livres formam importantes eixos de ligação e manutenção do cotidiano, onde praças, ruas e calçadas dão suporte para as principais atividades da vida urbana”. O autor ainda esclarece que: “área livre é todo o espaço urbano não ocupado pelo volume edificado, resultando em entorno para as edificações e destino para as atividades humanas ao ar livre, seja na forma de circulação ou permanência, em áreas públicas e privadas”.

Nesse contexto, explica Cunha (2011) que o termo “público” é utilizado para se referir aos espaços que podem ser acessados e usufruídos por todas as pessoas, em qualquer momento, sustentado pela condição de possibilitar livre acesso, permitindo que as pessoas usem livremente. E o termo “livre”, é por não estar contido em uma edificação: “tendo funcionamento sem discriminação e, em alguns casos, garantido por lei, sem formalidade, obstáculos ou proibições no tocante ao uso, isento de edificações ou com o mínimo delas” (CUNHA, 2011, p. 28).

A autora relata que:

Esses espaços livres públicos - ruas, praças, pátios, parques ou jardins públicos - distinguem-se dos espaços privados e mesmo de alguns espaços especiais de uso coletivo, como os centros comerciais, de acesso, na prática, limitado a determinadas camadas sociais (mais abonadas em renda). Ao contrário daqueles, os espaços públicos estão franqueados ao uso comum, de todos os integrantes da comunidade, sem distinção de classe social, idade, sexo etc. (CUNHA, 2011, p. 28).

O espaço público vem perdendo seu caráter multifuncional, deixando de ser local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo. Como afirma

Rolnik (2000), para que as áreas públicas possuam não apenas a função de circulação, mas também exerçam seu papel social, deve haver mudanças:

É preciso implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da ideia de uma cidade que conecte usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável (ROLNIK, 2000).

Desde a década de 1960, Jacobs (2011) alertou sobre a necessidade de valorizar os espaços públicos tradicionais, principalmente as ruas, como um lugar de socialização e trocas, destacando a importância do livre acesso e o indispensável papel das edificações do entorno em função de fomentar a presença de pessoas no local. De acordo com a autora, a diversidade de usos atribuídos aos edifícios ao redor das áreas públicas, como as praças, traz vitalidade devido ao dinâmico fluxo de pessoas que utilizam o espaço ao longo do dia. A animação e a variedade trazem mais animação, ao passo que a apatia e a monotonia enjeitam a vida. Para Jacobs (2011), este é um princípio que influencia tanto o desempenho social, quanto o econômico: “um parque de bairro genérico, que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional de seu entorno, fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia. E aí se estabelece um círculo vicioso.” (JACOBS, 2011, p. 108).

A mesma autora ainda relata que o uso de um espaço está diretamente relacionado à sua morfologia, que pode contribuir ou não para presença de usuários. Jacobs (2011) explica que medidas estratégicas de manipulação do espaço podem ser adotadas a fim de promover o uso ativo do ambiente e destaca quatro condições indispensáveis para que os espaços públicos tenham diversidade: usos principais combinados, quadras curtas, prédios de várias idades e concentração de pessoas (alta densidade).

Rolnik (2000) estabelece que o espaço livre público urbano deve ser entendido como um espaço heterogêneo, que precisa ser pensado e planejado por meio de uma política inclusiva, de maneira a comportar a diversidade de todos os seus usuários. Para melhorar a qualidade dos espaços públicos urbanos, a autora esclarece que se faz necessário:

Organizar, defender e fomentar a convivência entre pessoas diferentes, diminuindo a segregação e as distâncias sociais, suprimindo os guetos, atuando com solidariedade, como uma coletividade que amplie, incentive e aumente a comunicação entre os projetos de vida pessoais e coletivos (ROLNIK, 2000, p. 5).

É por meio da variedade de estabelecimentos e locais públicos dispostos ao longo das vias e dos passeios que é garantida a movimentação de pessoas, inclusive no período noturno, tornando as ruas mais seguras (JACOBS, 2011). Para que as áreas livres públicas sejam de fato locais apropriados pela população, é necessário que estejam situadas próximo de onde se concentram diferentes modos de vida e atividades, como moradia, comércio, serviços e eventos culturais.

### 2.3.2 A PRAÇA – HISTÓRICO, MORFOLOGIA E EQUIPAMENTOS

A praça faz parte da origem das cidades ocidentais. Sua geometria pode variar, mas não deixa de ser um elemento de grande permanência no meio urbano. Lamas (2004, p. 102) afirma que: “a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana, comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”.

Desde o fim da idade média, a praça é um dos elementos principais da configuração urbana. As edificações mais importantes da cidade estão implantadas ao seu redor. Cunha (2011), define que a praça é o espaço que permite que se desenvolvam atividades comunitárias e de lazer, portanto, é um local de encontro. Sendo assim, continua a autora: “se um espaço, seja qual for seu tamanho, atraia usuários para realizar tais atividades, pode ser considerado como tal” (CUNHA, 2011 p. 28).

A praça caracteriza-se por ser não somente um espaço físico aberto, mas também um centro social que faz parte do tecido urbano. Sua importância tem valor histórico, bem como sua participação na vida cotidiana da população. De acordo com Guimarães (2004):

*A piazza é um centro social, e não apenas um espaço físico aberto envolvida por edifícios. (...) Geralmente se localiza na parte central da cidade. (...)*

Existem diferenças de função, forma e tipo de praça que estão intimamente relacionadas com a função da cidade, desempenhando um importante papel urbano, seja cívico, municipal, religioso ou comercial (GUIMARÃES, 2004, p. 126).

Essa morfologia se insere em definitivo no traçado urbano a partir do Renascimento. Nos séculos XVIII e XIX ela passa a fazer parte obrigatória do desenho urbano das cidades. A princípio, no Brasil, as praças tinham caráter religioso, onde as famílias se reuniam após a missa. Em seguida, veio o período de “praças cívicas”, contemplando edifícios públicos e sendo destinadas a manifestações públicas e culturais (LAMAS, 2004).

Guimarães (2004) esclarece que as praças são espaços livres públicos, que desempenham a função de convívio social e de elemento organizador da circulação e amenização pública. Estão inseridos na malha urbana, possuem área equivalente à da quadra e contém, em sua maioria, considerável cobertura vegetal e mobiliário urbano, como bancos e canteiros.

De acordo com Cardoso (2011), uma das principais motivações para que as pessoas idosas frequentem as praças é a sensação de bem-estar que lhes é trazido devido à estimulação da independência, o aumento da autoestima e da autoconfiança. Uma constatação que evidencia o uso desses espaços públicos pelos idosos nas cidades, é a prática da caminhada e o uso das chamadas Academias da Terceira Idade, um conjunto de aparelhos para desenvolver atividades físicas de baixo impacto, cujo acesso é público e gratuito, geralmente instalados em praças, parques e locais de passagem de pedestres.

Segundo a OMS (2008), a disponibilidade de bancos e áreas para sentar é uma característica urbana necessária para os idosos, já que para muitos deles é difícil andar pela cidade se não houver algum lugar para descansar. Algumas praças dispõem ainda de equipamentos desenvolvidos especificamente para os usuários longevos, como mesas de jogos que lhes possibilitam a interação.

Essas e outras formas de uso das praças são marcadas pela dinâmica do conjunto urbano onde estão inseridas e se caracterizam pelos seus valores ambientais, funcionais, estéticos e simbólicos, correspondendo a um arranjo complexo de limitações e exigências do ambiente físico e geográfico, todos direta ou indiretamente relacionados aos diferentes usos que ali ocorrem (Liberalino, 2011).

Como expõe Cunha (2011), na morfologia das praças encontram-se vários

espaços específicos para cada atividade que se queira realizar. Estes espaços podem estar destinados ao lazer ativo ou passivo, a atividade física ou a contemplação, conforme os tipos de elementos presentes, como mobiliário, vegetação etc. Dividem-se em: áreas de circulação, áreas esportivas (incluem Academia para Terceira Idade), parques infantis, áreas de estar (contemplação), áreas de jogos, anfiteatros e áreas ajardinadas.

A autora continua:

Dentre os espaços descritos aqueles que possibilitam o uso por idosos são: áreas de circulação, áreas de estar, áreas para jogos, anfiteatros, entre outros. Existem ainda, praças que possuem equipamentos urbanos específicos como posto policial, posto de saúde da família, centros de vivência para terceira idade etc. (CUNHA, 2011, p. 30).

Para que uma praça possua qualidade espacial satisfatória existem quatro componentes de acessibilidade a se considerar: a orientação e informação, que estão relacionadas com a compreensão dos ambientes e permite ao indivíduo situar-se e deslocar-se com base nas informações absorvidas pela leitura e percepções visuais, sonoras, arquitetônicas, entre outras; o deslocamento, que deve possibilitar o livre fluxo das pessoas entre as áreas de circulação; o uso, que se refere a participação em diferentes atividades e a utilização dos equipamentos, mobiliários e objetos adequados e a comunicação, que deve facilitar a interação entre o ambiente, e seus usuários (DISCHINGER E BINS ELY, 2007).

No âmbito da percepção ambiental, vale ressaltar a importância dos atributos físicos e dos significados da paisagem na relação entre esta e o mobiliário urbano. Para a existência de uma paisagem qualificada, o projeto do espaço deve basear-se em características físico-espaciais que correspondam às necessidades das pessoas a que se destina.

O mobiliário urbano é composto por um conjunto de elementos que moldam a paisagem urbana, interferindo, participando, facilitando ou dificultando o acesso e o trânsito das pessoas, sendo parte de suas vidas. É parte indispensável na formação da paisagem e da informação de uma cidade. A qualidade do desempenho dos espaços públicos depende da resposta às necessidades de seus utilizadores, tendo em atenção os aspectos estéticos e funcionais, além do impacto na utilização desses espaços (AMARAL E SANTA-BÁRBARA, 2002).

Esses equipamentos têm acompanhado a história das cidades, muitas vezes definindo a sua identidade pela sua forma. Ao passo que as cidades mudavam, o mobiliário seguia tais mudanças em relação a forma, tecnologia, funcionalidade, qualidade e quantidade, fazendo-se parte inseparável da urbe, influenciando, assim, as atitudes dos seus utilizadores. Contudo, o mobiliário urbano deve ser parte integrante da paisagem sem gerar interferências visuais negativas. A relação entre mobiliário e paisagem deve ser harmoniosa e, desta forma, deve-se considerar a percepção do utilizador em relação ao mobiliário urbano e em relação à presença destes no espaço público (MONTENEGRO, 2005).

### 3 OBRAS REFERENCIAIS

Neste capítulo são apresentadas obras que servirão de referência para a proposta que será elaborada para a praça Monsenhor Rocha, com a intenção de comprovar a importância de se construir espaços públicos urbanos que possuam infraestrutura adequada para receber não apenas a pessoa idosa, mas toda a população.

#### 3.1 PRAÇA FONTE NOVA - LISBOA, PORTUGAL

A praça Fonte Nova (Figura 9) está localizada na cidade de Lisboa, em Portugal. Até a primeira metade do século XX, a área era uma zona rural de quintas de produção agrícola. Pela proximidade com a Ribeira de Alcântara, o terreno era fértil e tinha água abundante, daí surgiu o nome do local.

Figura 9: A praça Fonte Nova



Fonte: Página ArchDaily (2018)<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.archdaily.com.br/br/891211/praca-fonte-nova-jose-adriao-arquitetos?ad\\_medium=gallery](https://www.archdaily.com.br/br/891211/praca-fonte-nova-jose-adriao-arquitetos?ad_medium=gallery) Acesso em: 17 de mai. de 2020.

A região era atravessada pela Estrada de Benfica, um importante eixo na relação da cidade. Por volta de 1920, com a construção da Segunda Circular de Lisboa e do viaduto sobre a Estrada de Benfica, esta zona passou por uma profunda mudança, tendo suas quintas destruídas e sua área ocupada por um parque de estacionamento informal. Com a intenção de melhorar o espaço público da cidade, a Câmara Municipal de Lisboa lançou em 2015 o programa “Uma praça em cada bairro”, que permitiu reduzir a área de estacionamento em cerca de 50% em benefício da mobilidade pedonal e de espaços de estadia.

A definição do partido arquitetônico se deu pela vegetação arbórea do local, conservando as árvores já existentes e plantando novas árvores, a fim de garantir um ambiente qualificado pelas suas sombras. A pavimentação da praça é em betão e no seu interior criou-se zonas de permanência e lazer em locais específicos por meio de “ilhas” que pontuam o espaço (Figura 10). Estas “ilhas” são delimitadas por bancos contínuos em todo o seu perímetro e abrigam quiosques com esplanadas, uma fonte, um parque infantil, um parque canino e jardins (ARCHDAILY, 2018).

Figura 10: Zonas de permanência



Fonte: Página ArchDaily (2018)

Buscando resolver as questões de mobilidade, os perfis da via e do passeio foram redefinidos. A fim de proporcionar mais segurança e conforto para os pedestres,

foi decidido pelo alargamento das calçadas. Para garantir uma iluminação satisfatória durante o período noturno, foi instalado um sistema de iluminação pública em LED que direciona a luz para o pavimento em tonalidade quente e para a copa das árvores, em tonalidade fria (ARCHDAILY, 2018).

A área da praça localizada sob o viaduto, por ser bem iluminada durante a noite, pode ser utilizada para diferentes atividades sem restrições, protegidas do sol e da chuva. O mobiliário urbano conta com bancos retos e curvos, pré-fabricados e definidos por 4 módulos distintos: um módulo reto de comprimento, um módulo curvo e dois módulos de bancos individuais com duas inclinações de costas diferentes. Os bancos (Figura 11) foram pensados de maneira a oferecer conforto aos seus usuários, um convite para a permanência na praça.

Figura 11: Mobiliário urbano da praça Fonte Nova



Fonte: Página ArchDaily (2018)

Trata-se de um ambiente informal, para usufruto ativo ou contemplativo. Os materiais empregados são facilmente encontrados na cidade, adequados a cada situação. Um exemplo disso é a reutilização de pavimentos em calçadas existentes na região nos anos 60. A pretensão é que esse espaço público seja facilmente utilizado por pessoas de todas as idades e que os seus materiais sejam resistentes e de fácil manutenção (ARCHDAILY, 2018).

### 3.2 PRAÇA DO IDOSO – SÃO PAULO

O Parque Fernando Costa, conhecido como Parque da Água Branca, em São Paulo, possui um espaço especialmente projetado para as pessoas idosas (Figura 9). Inaugurado em outubro de 2008 pelo Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo, a praça do idoso possui 21 aparelhos de exercícios para motivar a prática de atividades físicas, principalmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 12: A Praça do Idoso



Fonte: Página do Governo de São Paulo<sup>4</sup>

A Praça do Idoso possui 400 metros quadrados e está implantada em local fresco, rodeada por vegetação. Conta com seis estações ergométricas para fortalecimento da musculatura, melhoria do equilíbrio e da mobilidade física. Os principais equipamentos instalados são rampa, escada, rolo e rotor de punho, pedais e barras para exercícios de agachar e levantar (Figura 13).

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/parque-da-agua-branca-tem-espaco-para-idosos/> Acesso em: 16 de jun. de 2020.

Figura 13: Equipamentos e mobiliário



Fonte: Página do Governo de São Paulo

Os aparelhos possuem placas autoexplicativas de fácil entendimento e visualização, elaboradas para atender adequadamente a pessoa idosa, proporcionando conforto e segurança (Figura 14). O objetivo principal da Praça do Idoso é incentivar a prática de exercícios físicos que auxiliem na redução dos problemas de mobilidade da pessoa idosa, que estão relacionados à acidentes e quedas, muitas vezes, fatais. Além disso, a praça é um local de encontro, servindo para ampliar a convivência social dos usuários.

Figura 14: Informação/orientação



Fonte: Página do Governo de São Paulo

### 3.3 PRAÇA DO ROSÁRIO – MURIAÉ, MINAS GERAIS

Muriaé é uma cidade brasileira localizada no interior de Minas Gerais, região sudeste do país. O município possui clima tropical, quente e úmido no verão e seco no inverno. Até o ano de 2010, data do último censo realizado pelo IBGE (2010), sua população era de 100.765 habitantes. A praça Doutor Evaristo de Carvalho, popularmente conhecida como “praça do Rosário”, é um dos espaços públicos mais tradicionais na cidade.

A colonização europeia nas terras de Muriaé, que inicialmente pertenciam à tribo indígena Purí, foi iniciada por volta de 1780. Baseado nas atividades comerciais, o povoado desenvolveu-se rapidamente. A princípio, Muriaé era formada por apenas uma rua, que seguia ao longo do curso d'água. Mais tarde, com a prosperidade das atividades no local, a malha urbana seguiu expandindo o seu casario em todas as direções. A Capela do Rosário foi construída no ano de 1819. A iniciativa de sua construção é atribuída ao francês Guido Tomás Marlière, que havia chegado à região naquele mesmo ano (MURIAÉ, 2020).

Figura 15: Praça do Rosário na década de 1950



Fonte: Página Ereguim (2011)<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Disponível em: <http://ereguim.blogspot.com/2011/10/igreja-do-rosario-muriae-anos-50.html>  
Acesso em: 17 de jun. de 2020.

A Praça do Rosário está implantada na região central de Muriaé, o seu entorno caracteriza-se por ter a maior parte de suas edificações de uso misto, com altimetria de até quatro pavimentos. Por sua importância cultural para a cidade, o conjunto da Praça do Rosário foi tombado como patrimônio histórico pela Prefeitura Municipal de Muriaé, enquanto a Capela do Rosário e seu acervo fazem parte da lista de bens culturais inventariados do município (FUNDARTE, 2020).

A praça é frequentada por moradores das proximidades e transeuntes, suas áreas sombreadas e o pequeno *playground* atraem idosos e crianças. O mau estado de conservação em que se encontrava o espaço construído da Praça do Rosário, despertou os órgãos públicos responsáveis por sua preservação para a necessidade de uma intervenção. Foi elaborado um projeto e a praça está sendo revitalizada (MURIAÉ, 2020).

Figura 16: Praça do Rosário



Fonte: Google Street View (2019)

O projeto de revitalização da praça buscou melhorar as condições de acessibilidade física do espaço. Para isso, a proposta é a instalação de pavimento intertravado (Figura 17), um piso antiderrapante, constituído de blocos de concreto

pré-fabricados, travados por contenção lateral e atrito entre as peças, na área central da praça. É um calçamento de superfície regular, mais seguro, permeável e de fácil manutenção. As pedras portuguesas que foram retiradas do centro da praça serão reutilizadas para manutenção do piso do passeio em seu entorno, preservando suas características originais.

Figura 17: Pavimentação da praça



Fonte: Página da Prefeitura de Muriaé <sup>6</sup>

Em relação aos equipamentos e mobiliário urbano, o projeto buscou manter a diversidade de usos que o local já possui, a fim de incentivar a permanência de pessoas e apropriação da população pelo espaço. Áreas ociosas foram transformadas em uma academia para a terceira idade e uma pequena quadra para práticas esportivas. O antigo *playground* para crianças ganhou novos brinquedos e cores (Figura 18).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://muriac.mg.gov.br/prefeitura-revitaliza-praca-do-rosario/> Acesso em: 21 de jun. de 2020.

Figura 18: Equipamentos e mobiliário urbano



Fonte: Página da Prefeitura de Muriaé

O coreto, que faz parte da morfologia do espaço há décadas, recebeu nova pintura. A faixa de travessia elevada foi mantida e as áreas de estacionamento foram reorganizadas, priorizando a circulação de pedestres. O projeto conservou as áreas verdes e sombreadas já existentes na praça, uma de suas características mais marcantes (Figura 19). O novo espaço, que possui melhores condições de acesso e permanência, oferece aos seus usuários mais conforto, autonomia e segurança.

Figura 19: Revitalização da Praça do Rosário



Fonte: Página da Prefeitura de Muriaé

## 4 CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETO DE ESTUDO

Este capítulo trata da história de Caratinga direcionada para o desenvolvimento de seu traçado urbano e sua relação com seus espaços livres públicos. Em seguida, traz o objeto de estudo dessa monografia, o recorte territorial compreendido pela praça Monsenhor Rocha e seu entorno, como uma importante ferramenta na construção de uma cidade inclusiva.

### 4.1 A CIDADE, A PRAÇA MONSENHOR ROCHA E SUAS RELAÇÕES

O município de Caratinga está situado na região leste de Minas Gerais, distante cerca de 343 km de sua capital, Belo Horizonte. Pertence ao colar metropolitano do Vale do Aço e segundo dados do IBGE (2010), sua população no último censo era de 85.239 habitantes. Encontra-se a 19°47'23" de latitude sul, 42°08'21" de longitude oeste e altitude de 578 metros. Caratinga caracteriza-se por seu território inteiramente planáltico, com relevo montanhoso denominado Mares de Morros. Possui clima tropical e a vegetação predominante é a Mata Atlântica.

A exploração do território de Caratinga teve início em meados do século XIX e seu povoamento aconteceu quando a expedição liderada por Domingos Fernandes Lana alcançou as terras da atual cidade, sendo este o responsável pelo seu batismo. O novo território teve seu nome definido devida à grande quantidade de cará branco - denominado pelos nativos Botocudos como *Caratinga* - que existia no local, se tornando este o nome da cidade (CARATINGA, 1998).

Envolta por suntuosas montanhas e à beira do Rio Caratinga, sua expansão urbana aconteceu de maneira irregular. Em um primeiro estágio, o traçado urbano da cidade se desenvolveu acompanhando o curso do rio, em seguida, a linha férrea e por último, a rodovia (FILHO, 2007). A configuração da cidade, segundo Reis (2016), se deu a partir da formação de duas fazendas agrícolas da região, a Fazenda da Barreira e a Fazenda de São Roque do Caratinga. Em 1870, com o intuito de fazer a ligação entre essas duas fazendas, as primeiras vias de acesso se desenvolveram ao longo do córrego São José.

Logo em 1873, localizada na Rua Major Carlos Teixeira, foi construída a

primeira igreja da cidade, chamada Igrejinha de São João. Com o desenvolvimento da região, a igrejinha que possuía dimensões modestas não mais suportou a demanda de seus frequentadores. Sendo assim, em 1880 iniciou-se a construção da antiga Catedral São João Batista (Figura 20), no Largo da Barreira, atual Praça Cesário Alvim (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO, 1998).

Figura 20: Antiga Catedral São João Batista



Fonte: Página Portal ZOZ (2020)<sup>7</sup>

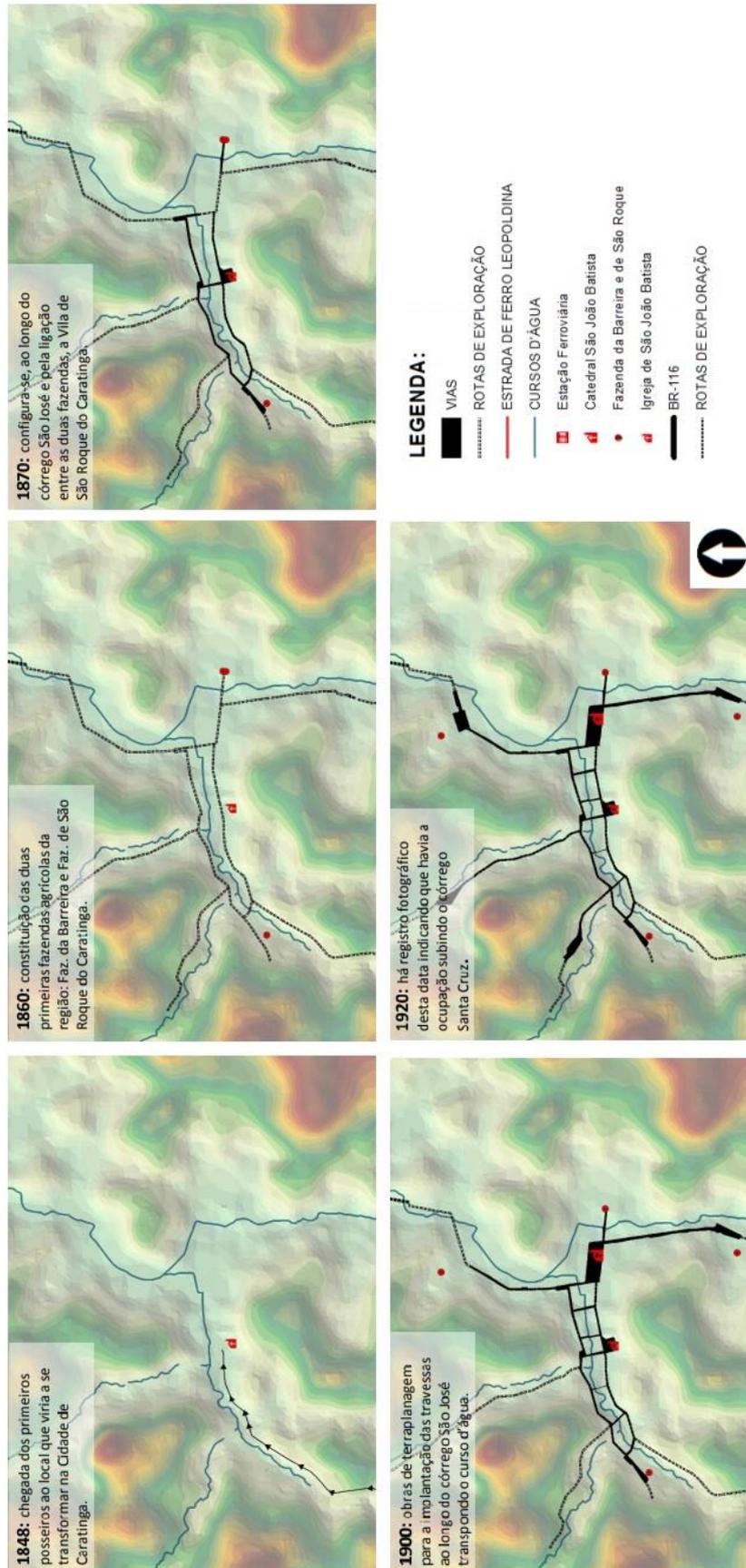
Em 06 de fevereiro de 1890, Caratinga tornou-se um município. Algumas décadas depois, em 1930, a cidade recebeu a estrada de ferro de Leopoldina, que gerou uma grande movimentação comercial, um aumento do fluxo de pessoas e, conseqüentemente, maior densidade populacional. Após anos em intensa atividade, os serviços da ferrovia foram encerrados e em 1941 ocorreu a implantação da BR-116, que facilitou o acesso de veículos e pessoas advindas de outras regiões para a cidade (REIS, 2016).

De acordo com Reis (2016), nos anos 1900 tiveram início as obras de terraplanagem para a implantação das travessas ao longo do córrego São José, transpondo o curso d'água e possibilitando a ocupação do território onde hoje se encontra a praça Monsenhor Rocha, foco de estudo dessa pesquisa.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://sites.google.com/caratinga.com.br/caratinga/fotos> Acesso em: 17 de mai. De 2020.

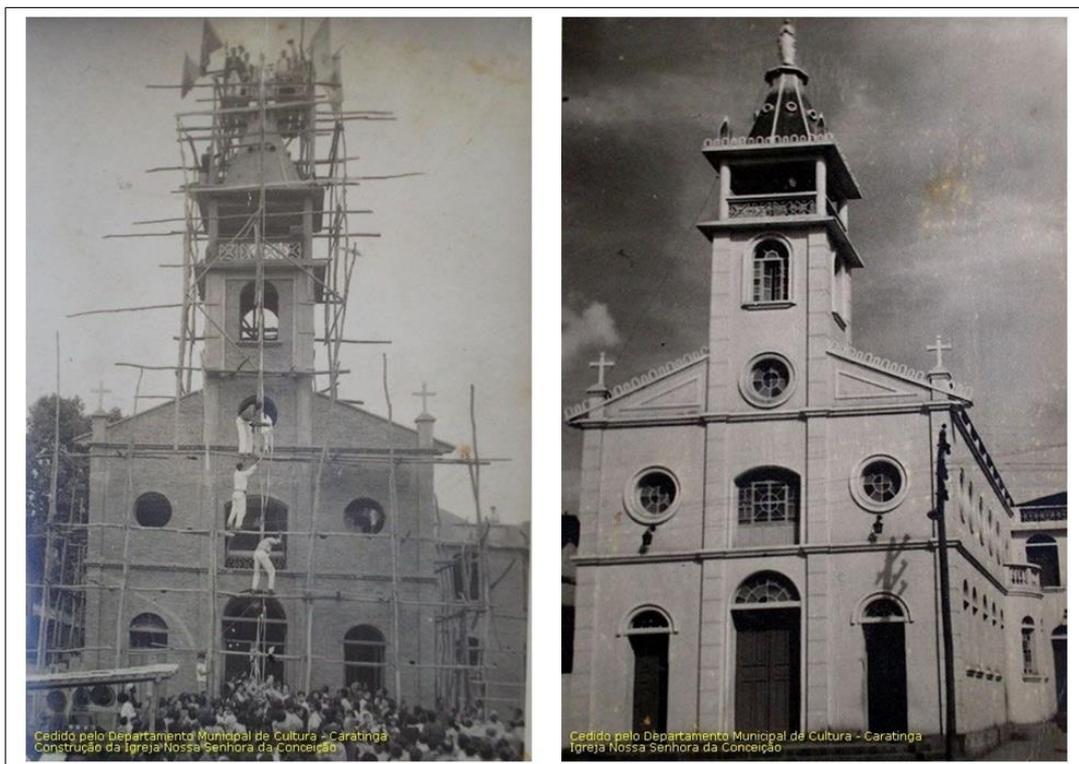
Figura 21: A expansão urbana de Caratinga



Fonte: Reis (2016)

O responsável pela construção da Catedral São João Batista foi Monsenhor Rocha, célebre figura da cidade. O local atualmente conhecido como praça Monsenhor Rocha, era chamado de Largo da Conceição e abrigava uma antiga igreja que foi demolida por volta de 1950. Após sua demolição, foi também de Monsenhor Rocha a iniciativa da construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição, que foi inaugurada em 02 de fevereiro de 1958 (ABELHA, 1991).

Figura 22: Construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Página Portal ZOZ (2020)<sup>8</sup>

A expansão da malha urbana nessa região desenvolveu-se entre 1948 até a década de 1970, como explica Reis (2016): “caracterizada pela ocupação do córrego São José e pela configuração de quadras com dimensões que variam de 140 a 220 metros, possuem relativa ortogonalidade e boa permeabilidade ao longo do curso d’água”. Atualmente, o município de Caratinga é composto por 15 bairros. Seus espaços livres públicos, categoria em que se encontram as praças, estão distribuídos de forma espontânea por todo perímetro da cidade (Figura 23). De maneira geral, as praças da cidade possuem mobiliário simples e pouca vegetação. É comum encontrar bancos quebrados, lixeiras que não comportam todo o lixo e canteiros destruídos.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://sites.google.com/caratinga.com.br/caratinga/fotos> Acesso em: 17 de mai. De 2020.

Muitas praças possuem equipamentos inadequados ou insuficientes, em desacordo com as diretrizes da NBR-9050, a norma de acessibilidade vigente. Essa situação se torna ainda mais grave à medida que a localização da praça fica mais distante do centro da cidade.

Figura 23: Mapa das praças de Caratinga



Fonte: Google Earth editado pela autora (2020)

Em relação às suas vias, a quantidade de pedestres e veículos aumentou de maneira significativa dentro da malha urbana atual, sem que houvesse grandes atitudes por parte dos órgãos responsáveis para adequação das vias e passeios. A expansão da cidade não acompanhou às proporções da demanda da população por ruas que atendam às condições necessárias para um fluxo compatível. Andar a pé pela cidade pode ser perigoso, visto que faltam calçadas e mesmo as ruas que as possuem, são cheias de obstáculos e/ou calçamento impróprio. A ausência de acessibilidade nas vias e passeios para idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é uma situação comum no município de Caratinga. Por se tratar de um centro receptor de vários distritos da região, a malha urbana de Caratinga segue em contínua expansão.

#### 4.2 OBJETO DE ESTUDO: A PRAÇA MONSENHOR ROCHA

O objeto de estudo foco deste trabalho de conclusão de curso é delimitado pelo recorte territorial da praça Monsenhor Rocha e suas imediações (Figura 24), localizado na região central de Caratinga, Minas Gerais.

Figura 24: Objeto de estudo



Fonte: Google Earth editado pela autora (2020)

A escolha por essa praça se deu pela sua localização na cidade e uso diversificado do solo em seu entorno. A praça Monsenhor Rocha foi construída na década de 1950 e está implantada próxima à Igreja Nossa Senhora da Conceição, que definiu sua construção. A infraestrutura da praça é insuficiente em muitos aspectos: segurança, conforto, acessibilidade etc.

O entorno da praça é caracterizado por apresentar uma malha com relativa ortogonalidade e uso misto do solo. O sistema viário é formado pela rua Raul Soares, que possui grande fluxo de veículos e possibilita o percurso centro-bairro, tornando-se em seguida a rua Capitão Paiva e pela travessa Jorge Coura Filho, uma via de mão dupla. As travessias das vias perpendiculares à praça não possuem semaforização ou lombadas para a diminuição da velocidade e algumas não têm faixa de pedestres.

É notória a falta de valor presente no município quando se trata da qualidade de seus espaços públicos urbanos, situação evidente na área delimitada para estudo. Contudo, por ser um local de comércio expressivo e de transição entre o centro da cidade e os bairros que a partir dali se desenvolvem, esse trecho desempenha um importante papel na malha urbana de Caratinga. As más condições das vias, passeios, equipamentos públicos e mobiliário urbano denunciam a falta de infraestrutura necessária para promover segurança e equidade social por meio dos espaços públicos.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo trata da metodologia adotada para desenvolver a análise do objeto de estudo a partir dos aspectos que servirão de base para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II, onde pretende-se apresentar um projeto de requalificação urbana para o recorte urbano delimitado pela praça Monsenhor Rocha. A metodologia foi estruturada em 4 etapas: revisão de literatura, pesquisa documental, pesquisa de campo e resultados e discussões. As etapas estão relacionadas a seguir.

### 5.1 REVISÃO DA LITERATURA

A primeira etapa desta monografia foi a pesquisa de cunho teórico-conceitual, levantamento de referencial teórico relacionado aos temas: contexto do idoso no Brasil, abordando aspectos demográficos e sociais; acessibilidade, desenho universal e as limitações fisiológicas causadas pelo processo de envelhecimento, em que se buscou autores na área de saúde; os espaços públicos livres urbanos e o papel das praças na inclusão social, esclarecendo sua história e morfologia. Nota-se que as discussões relativas a esses temas são recentes, portanto, grande parte dos dados disponíveis na revisão de literatura é advindo de outras pesquisas acadêmicas. As bases de dados de bibliotecas universitárias e as ferramentas de buscas virtuais contribuíram como fonte para esta pesquisa. Por último, os decretos, leis e normas sobre as políticas públicas para o envelhecimento e sobre a acessibilidade no ambiente construído, como o Decreto nº 5.296 de 02/12/2004, Lei nº 10.741 de 01/10/2003, Lei nº 8.842 de 04/01/1994, NBR-9050, entre outros, foram uma importante fonte de pesquisa desta monografia.

### 5.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Esta etapa se trata do levantamento de dados relacionados a história de Caratinga, sua origem, como se deu a ocupação de seu território, a expansão de sua malha urbana e suas características gerais. As fontes de pesquisa foram antigas

publicações de jornais, autores e livros regionais, estudos acadêmicos anteriores e antigos moradores da cidade. Foram obtidos relatos, dados científicos e fotografias antigas que permitiram elaborar a contextualização da cidade e do objeto de estudo.

### 5.3 PESQUISA DE CAMPO

Esta etapa possibilitou conhecer mais profundamente o local de estudo, perceber como as pessoas idosas utilizam as praças e quais são as principais barreiras físicas ou facilitadores que este grupo tem encontrado. Para que se obtivessem as informações desejadas, foram adotados métodos qualitativos, explicados na sequência.

#### 5.3.1 OBSERVAÇÕES SISTEMÁTICAS

Para a realização das observações sistemáticas foram utilizados recursos como registros fotográficos, levantamento arquitetônico (medição com auxílio de trena digital da estrutura viária do recorte urbano e do espaço construído da praça) e caracterização do espaço físico por meio de anotações, desenhos esquemáticos e croquis.

Para uma melhor sistematização dos dados observados na praça, foi formulada uma planilha de observação (Figura 25), contendo as características mais relevantes para a pesquisa. A planilha orientou as visitas de campo realizadas, possui 3 aspectos e 30 indicadores, seguidos da nota de avaliação de cada um deles - bom, regular ou ruim.

A observação sistemática participante permitiu a convivência com os idosos que transitam e/ou frequentam a praça, a fim de identificar as principais dificuldades físico-espaciais enfrentadas por esses usuários, descobrir como se relacionam com o espaço, entender seus hábitos e quais são as mudanças mais necessárias no local.

Estas observações e caracterizações do objeto de estudo foram realizadas nos turnos da manhã, entre 06:30 e 07:30; à tarde, entre 16:30 e 17:30 e à noite, entre 19:30 e 20:30, horários em que os espaços urbanos são mais utilizados pelos idosos,

em dias de semana e finais de semana, durante o mês de fevereiro e março de 2020. A planilha de observação preenchida se encontra no Apêndice A desta monografia.

Figura 25: Planilha de observação e caracterização

Domínio	Aspecto	Indicador	Bom	Regular	Ruim
Praça	Segurança	Tipo de piso			
		Estado de conservação do piso			
		Iluminação para deslocamento noturno			
		Acessibilidade			
	Conforto	Presença e conservação do mobiliário			
		Presença e conservação de equipamentos			
		Sombreamento			
	Ambiência	Limpeza			
		Atividades de lazer			
Entorno	Segurança	Tipo de piso			
		Estado de conservação do piso			
		Iluminação para deslocamento noturno			
		Rampas alinhadas			
		Piso tátil de alerta e direcional nos rebaixos			
		Sinalização vertical de travessia			
		Sinalização de velocidade máx. veículos			
		Presença de faixa de pedestre			
		Largura da via			
		Vagas de estac. idosos com sinalização			
		Conflito de veículos e pedestres			
		Conforto	Largura efetiva do passeio		
	Obstrução temporária				
	Obstrução permanente				
	Ambiência	Limpeza			
		Uso das edificações			
		Estado de conservação das edificações			
		Uso público noturno			
		Cor e textura			
		Aspecto das vias, passeios e edificações			
		Relação horizontalidade/verticalidade			
		Poluição visual			
		Fachadas visualmente permeáveis			
Fachadas fisicamente permeáveis					

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

### 5.3.2 MAPEAMENTO DA ÁREA

Os mapas de diagnóstico da área de estudo são essenciais para a compreensão da maneira com que a praça se relaciona com as edificações ao seu redor, bem como as vias e outras estruturas urbanas. O mapeamento da área permite ainda, um melhor entendimento de como a praça desempenha seu papel enquanto espaço público da cidade, os hábitos de seus usuários e as influências do seu entorno. Os mapas foram desenvolvidos com auxílio dos softwares Google Earth, AutoCad e Photoshop e mostram a área delimitada para estudo, como se dá o uso e ocupação do solo, caracterização do entorno imediato, gabarito das edificações e fluxo viário.

Foram feitas visitas ao campo para coletar os dados necessários para o mapeamento em três horários: início da manhã, entre 06:30 e 07:30; à tarde, entre 16:30 e 17:30 e à noite, entre 19:30 e 20:30. Registraram-se as atividades e comportamentos, assim como os fluxos e percursos dos veículos e dos pedestres. Os usos identificados no entorno foram classificados em residencial, comercial, misto, institucional e público.

### 5.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta etapa os dados obtidos em cada procedimento metodológico foram sistematizados, apresentados, analisados e discutidos por meio de gráficos, quadros, mapas e planilhas que auxiliam sua compreensão.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta todos os diagnósticos realizados por meio dos processos metodológicos e na sequência, a identificação dos problemas encontrados na área de estudo e análises.

### 6.1 OBSERVAÇÕES SISTEMÁTICAS

Em visita, observou-se que o acesso ao interior da praça é dificultado pela presença de barreiras físicas, degraus com alturas entre 9cm e 13cm, sem sinalização e rampas, podendo ser a causa de tropeços e quedas, visto que o processo de envelhecimento aumenta as limitações fisiológicas que afetam a mobilidade.

Figura 26: Barreiras físicas encontradas na praça



Fonte: Acervo próprio

A pavimentação da praça é irregular e está danificada em vários pontos (indicados de vermelho na figura 27). Além disso, não possui sinalização tátil de alerta e direcional, nem utiliza a diferenciação de cores no piso como forma de sinalização.

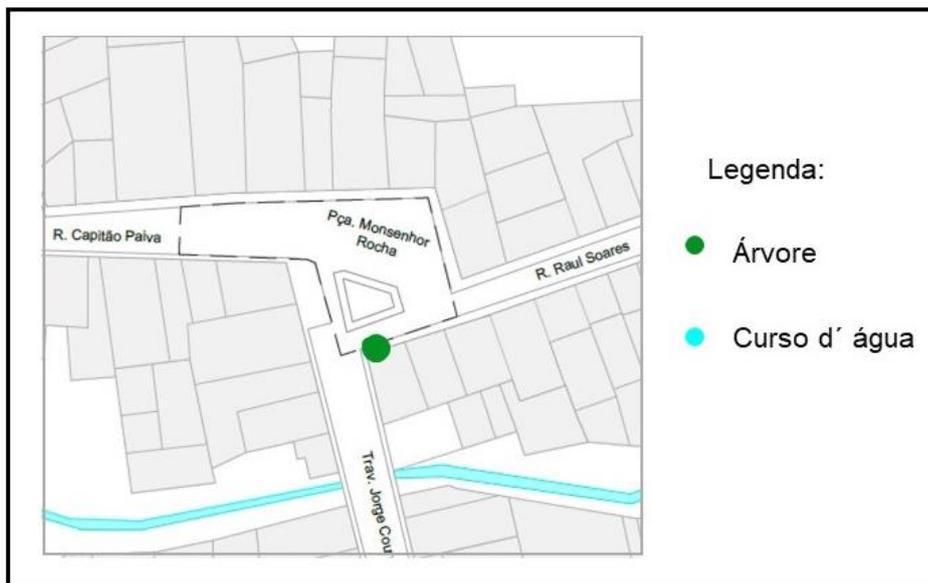
Figura 27: Pavimentação danificada



Fonte: Google Street View editado pela autora (2020)

O mobiliário encontrado na praça é modesto, apenas três bancos de concreto, canteiros, postes de iluminação e somente uma lixeira. As imediações da praça também possuem poucas lixeiras, ficando sacos de lixo acumulados no passeio ou na via, tornando-se mais uma barreira física. Os canteiros sem vegetação e com aspecto de abandono sugerem que não é feita manutenção frequente. No entorno, há apenas uma árvore espécie *Licania Tomentosa* (Figura 28).

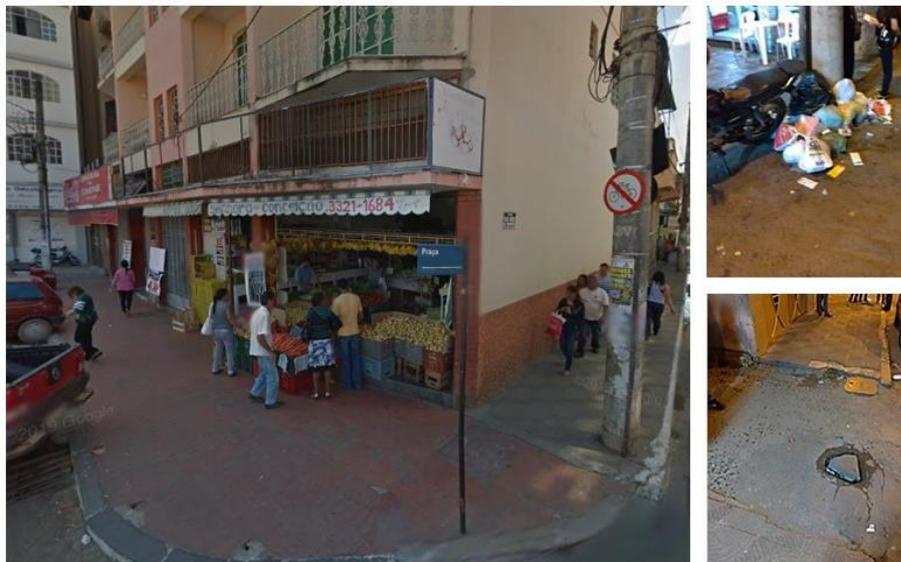
Figura 28: Mapa de vegetação



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

As vias no entorno possuem pavimento asfáltico em bom estado de conservação, com poucos desníveis decorrentes das chuvas recentes. Em relação à qualidade dos passeios, foram identificados diversos problemas (Figura 29). O pavimento das calçadas, quando existente, encontra-se em desacordo com a NBR-9050, irregular e deteriorado. Em muitos trechos o passeio é obstruído pelo acúmulo de lixo e resíduos de construção, por vendedores informais, bicicletas, placas de lojas, entre outros. Algumas edificações avançam no passeio, tornando a situação ainda mais grave. Observou-se que em alguns pontos os obstáculos impediam a passagem, obrigando aos pedestres, idosos ou não, a desviarem destes trechos.

Figura 29: A situação dos passeios



Fonte: Acervo próprio

Durante as observações, pode-se verificar que a presença de idosos nas imediações é significativa, embora muitos deles não permaneçam por longos períodos no local. Não foi constatada a presença de idosos realizando atividades físicas na praça, fato justificável pela ausência de equipamentos para a prática de exercícios. As atividades identificadas preliminarmente foram de interesse social, como conversar e passear. A forma relativamente circular da praça favorece a interação entre as pessoas. Para os idosos que andam a pé, o trajeto bairro-centro pode ser uma longa caminhada e a praça é o único local disponível para descanso. Observou-se que muitos idosos aproveitam os bancos para uma pequena pausa antes de continuar seu percurso. A praça também é utilizada como local de espera pelos idosos que utilizam

o transporte coletivo, já que o ponto de parada do ônibus (Figura 30) não possui nenhuma estrutura.

Figura 30: Ponto de ônibus no entorno da praça



Fonte: Acervo próprio

Foi observado que no período da tarde, a área de estar da praça não é muito utilizada, visto que não há nenhum elemento construído ou vegetação que forneça sombreamento aos bancos, deixando-os expostos ao sol durante todo o dia.

No dia 23 de fevereiro de 2020 (domingo), durante a visita, observou-se que no período da manhã, a presença de pessoas idosas foi consideravelmente maior, comparada aos outros dias da semana. Muitos idosos utilizam o local como meio de passagem para chegar até a Igreja Nossa Senhora da Conceição, localizada em frente à praça. Alguns também se sentaram nos bancos da praça para esperar o término da missa.

Como o fluxo de carros e ônibus é intenso e o espaço físico da praça é pequeno e não possui equipamentos suficientes, o local não oferece opções de lazer, limitando o idoso a interações sociais rápidas, ou alguma atividade de interesse, permanecendo pouco tempo na praça. Os dados coletados permitiram registrar as características físico-espaciais da praça, identificar as atividades desenvolvidas e suas configurações no ambiente, os fluxos e suas relações, bem como registrar os movimentos e a distribuição de pessoas na área considerada.

A observação das condições de acessibilidade da praça evidencia a divergência entre a norma e a realidade vivenciada. Seu espaço físico não está adequado para receber pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, tampouco para atender às demandas particulares dos usuários longevos. A atual configuração do espaço não oferece autonomia, conforto e segurança para a pessoa idosa, ferindo seus direitos garantidos pela lei.

## 6.2 MAPA DE FLUXO VIÁRIO: PEDESTRES E VEÍCULOS

Para compreender como se dá a circulação de pedestres e veículos nas vias que compõem a área em estudo, foi elaborado o mapa de fluxo viário (Figura 31), que evidencia o sentido do sistema viário e onde estão localizadas as faixas de pedestres.

O acesso à praça Monsenhor Rocha é possível a partir de três vias diferentes: rua Raul Soares, travessa Jorge Coura Filho e rua Capitão Paiva. Sendo um local de transição entre o centro da cidade e os bairros que a partir dali se desenvolvem, esse trecho desempenha um importante papel na malha urbana e é caracterizado pelo intenso fluxo de pedestres e veículos.

A rua Raul Soares possui sentido único de circulação. Por se referir a uma via que compõe a região central do município, caracteriza-se pelo comércio expressivo, o que gera grande movimentação de pessoas e carros. No recorte analisado, a via recebe o fluxo de transeuntes e automóveis advindos da travessa João Coutinho, que possui faixa de pedestres no local de transição entre as duas vias.

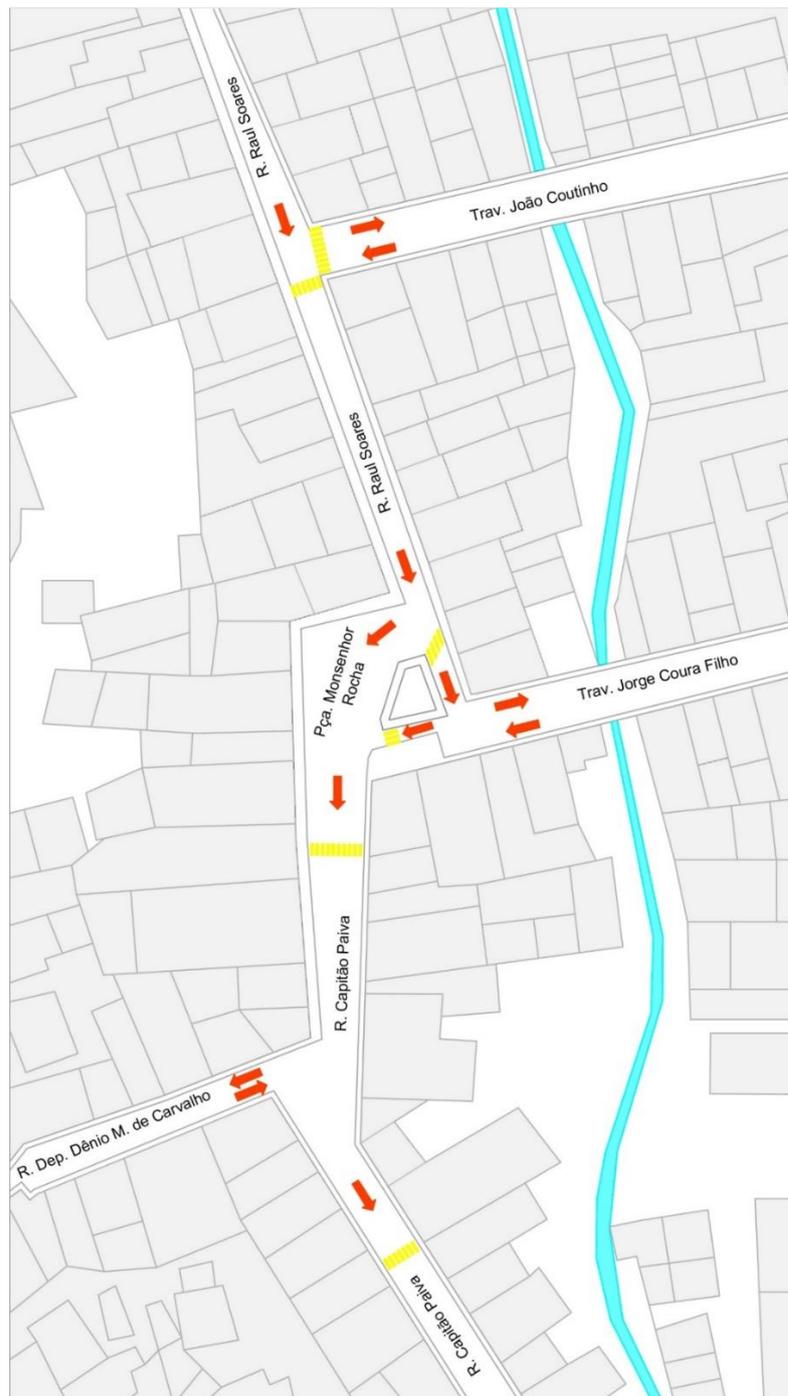
As travessas João Coutinho e Jorge Coura Filho possuem sentido duplo de circulação, assim como a rua Deputado Dênio Moreira de Carvalho, que faz a ligação entre o bairro Santa Cruz e o centro da cidade. Apesar da grande quantidade de pessoas que andam a pé por ali, não há faixa de pedestres, o que torna a travessia insegura. Todas essas vias possuem pavimento asfáltico em bom estado de conservação, apresentando poucos desníveis.

A via pública torna-se mais larga nas imediações da praça Monsenhor Rocha, um espaço sem uso específico, que acaba se tornando estacionamento de carros ou sendo ocupado por caçambas de lixo e entulho. Esse trecho possui sentido único de trânsito e somente dois pontos de travessia delimitados pela faixa de pedestres.

A área ociosa em torno da praça retrata a preconização dos veículos em

detrimento dos pedestres. Por estar ocupado pelos carros na maior parte do tempo, o livre fluxo de pessoas é interrompido nesse trecho. Uma adequação ao desenho da via permitiria aproveitar seu espaço para criar um ambiente que ofereça aos pedestres um caminhar de forma agradável, evitando acidentes e favorecendo a interação com outras pessoas, atividade essencial para preservar a saúde da pessoa idosa.

Figura 31: Mapa de fluxo viário

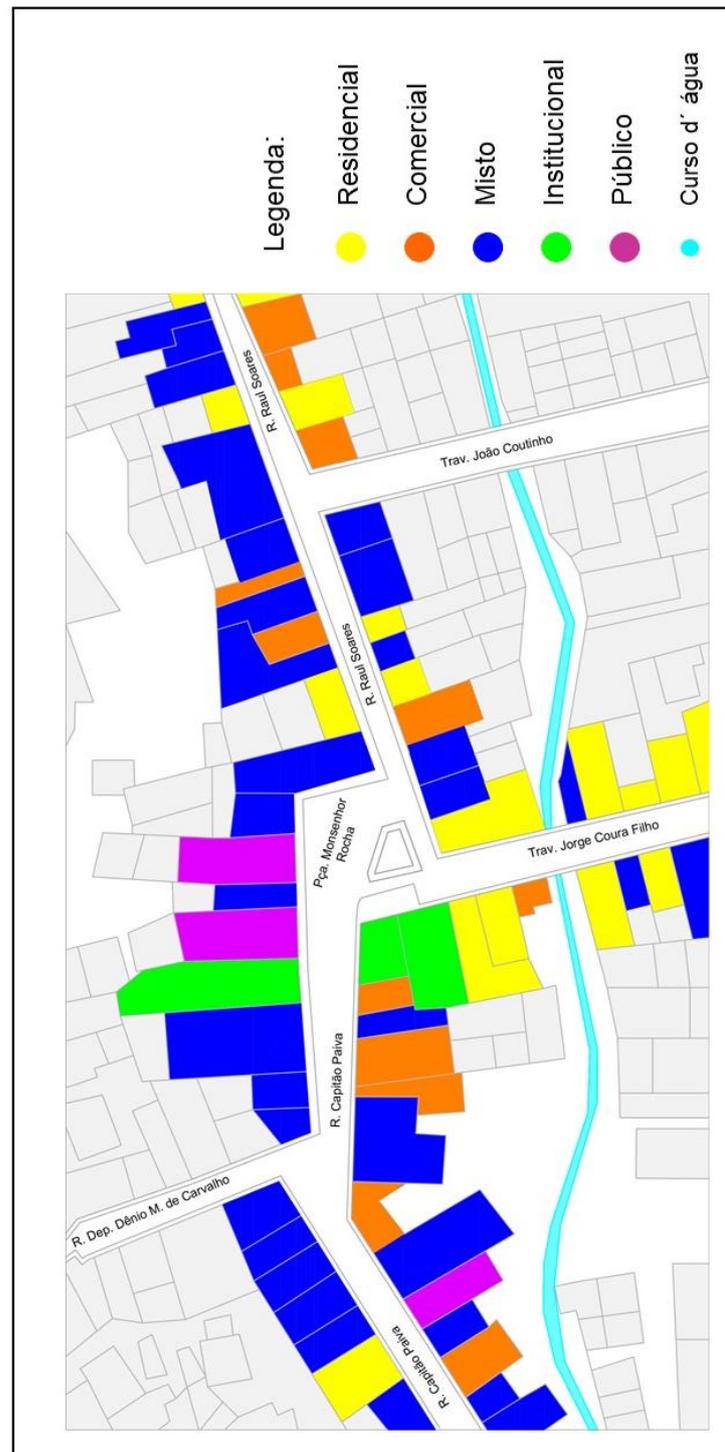


Fonte: Elaborado pela autora (2020)

### 6.3 MAPA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O mapa de uso e ocupação do solo (Figura 32) mostra o uso a que se destinam as edificações localizadas no entorno da praça e sua classificação.

Figura 32: Mapa de uso e ocupação do solo



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Ainda que o recorte analisado apresente uma variedade substancial de usos a que se destinam suas edificações, nota-se que o uso misto é predominante, evidenciando o comércio expressivo no local. Grande parte das edificações destinam seu pavimento térreo para atividades comerciais variadas, enquanto os outros pavimentos cumprem a função de moradia.

A diversidade de usos do espaço é benéfica. Indica a presença de diferentes grupos sociais na região, assim como um movimento de pessoas também aos finais de semana, evitando a monotonia e trazendo mais segurança para o local. O fluxo constante de pessoas reforça a ideia de que esse é um importante eixo da cidade e demanda atenção.

Oferecer aos seus usuários um espaço público planejado e estruturado para receber a todos, independentemente de suas limitações, favorece o comércio local, promove a inclusão social e impulsiona o desenvolvimento da cidade.

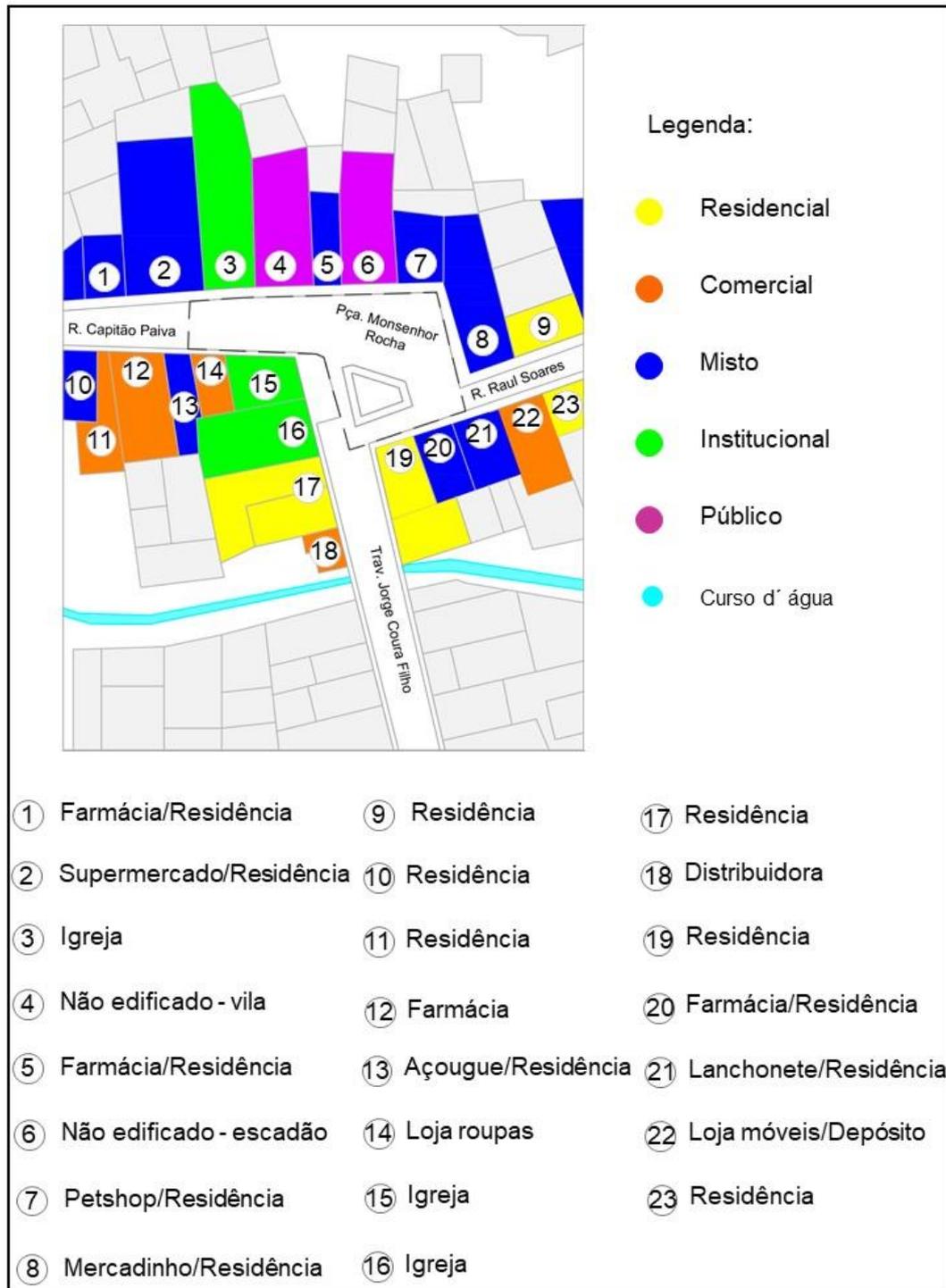
#### 6.4 MAPA DE USO DO ENTORNO IMEDIATO

Para uma melhor compreensão da maneira que se dá o uso e ocupação do solo na área delimitada para estudo, foi desenvolvido o mapa de uso do entorno imediato (Figura 33), pelo qual é possível identificar de maneira específica a que finalidade se destina cada edificação presente no local.

Pela análise das informações obtidas em campo e do mapa de uso do entorno imediato, verificou-se uma diversidade no uso das edificações, que estão em sua maioria bem conservadas, não denotam aspecto de abandono e possuem fachadas visualmente e fisicamente permeáveis. As cores e texturas dos edifícios não apresentam grande variação, sendo a maioria tons neutros, como bege, cinza e marrom. As edificações que mais se destacam são as institucionais, uma igreja evangélica (indicada pelo número 3) e uma igreja católica (indicada pelos números 15 e 16).

Por se tratar de um local em que o comércio é expressivo, o movimento estende-se para parte do período noturno. O supermercado (número 2) e a farmácia (número 12) funcionam até as 22h e as igrejas (números 3 e 16) frequentemente permanecem abertas até mais tarde também.

Figura 33: Mapa de uso do entorno imediato



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A diversidade de produtos e serviços que se encontra no local é um dos principais motivos que levam os idosos a frequentarem a praça. Muitos fazem o trajeto casa-praça diariamente, para idas ao supermercado, farmácia, entre outros.

Devido a sua localização central, o entorno da praça Monsenhor Rocha é marcado pela poluição visual (Figura 34). A presença de tantos cabos de energia elétrica e telefonia, além das fachadas comerciais com muitas informações pode ser cansativa.

Figura 34: Poluição visual no entorno da praça Monsenhor Rocha



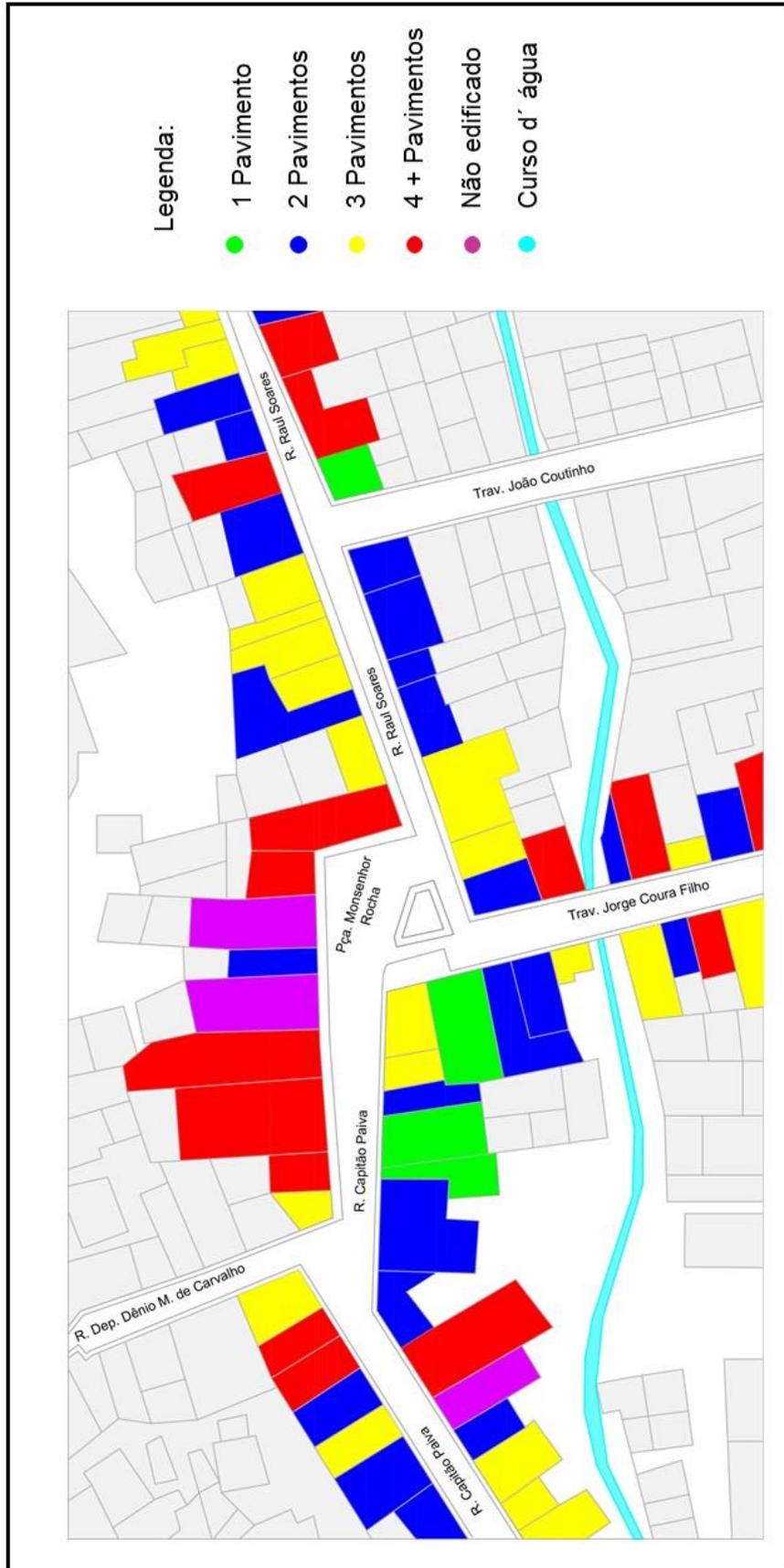
Fonte: Acervo pessoal (2020)

A iluminação e a presença de pessoas durante parte da noite trazem vitalidade e segurança para as ruas. Ainda assim, muitas vezes, os postes instalados em volta da praça se encontram com as luzes apagadas, tornando alguns trechos mais escuros.

## 6.5 MAPA DE GABARITO DAS EDIFICAÇÕES

A altimetria das edificações, ou seja, o seu número de pavimentos, indica a probabilidade de maior quantidade de pessoas e a possibilidade de maior variedade de funções no local. Deve-se observar que a altura das edificações pode influenciar a caracterização, as qualificações e exigências do espaço livre.

Figura 35: Mapa de gabarito das edificações



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Com a análise de gabaritos (Figura 35), nota-se que a área em destaque ainda possui a predominância de edificações de até dois pavimentos e muitas edificações de três ou mais pavimentos. Os lotes confrontantes e próximos à área de interesse estão edificados, com poucas exceções. Os lotes sem nenhum edifício são apenas dois, sendo ambos espaços públicos: uma vila e um escadão que dá acesso a outro bairro. Apenas três edificações possuem somente o pavimento térreo.

Neste caso, a maior altura das edificações significa maior número de usuários, diferentes formas de acesso ao ambiente e transportes variados. A complexidade funcional no espaço livre sofre variações ao longo tempo, assim como a configuração do seu entorno também se transforma. A presença de edificações cada vez mais verticalizadas é uma tendência das cidades, que se adaptam para comportar mais pessoas e atividades.

O mapa de gabarito das edificações indica grande presença de pessoas, diferentes hábitos e necessidades. No que tange à configuração do espaço livre público, deve-se levar em conta o atendimento a uma maior complexidade de atividades, dependendo ainda do grau de diversificação dos usos das edificações. A diversidade de funções do espaço não depende apenas da altimetria do ambiente construído, está relacionada ao contexto urbano em suas múltiplas facetas.

## 6.6 CONVIVÊNCIA COM OS IDOSOS

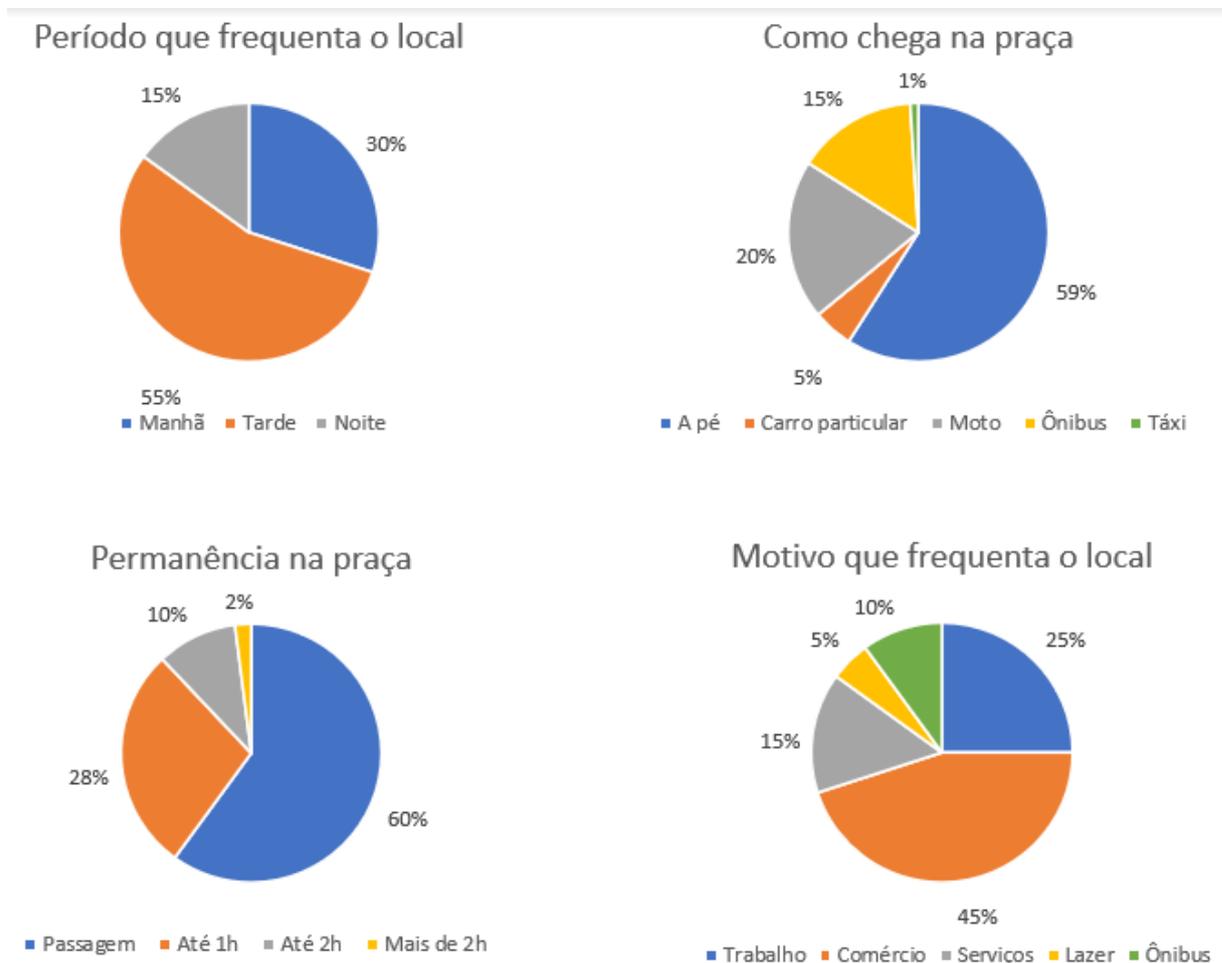
Por meio de conversas informais com os idosos que transitam pela praça Monsenhor Rocha, foi notória a insatisfação geral em relação à qualidade espacial do local. Diversas necessidades de mudanças e readequações para o espaço foram mencionadas. Foi possível perceber que os idosos que residem mais próximos da praça se mostraram mais insatisfeitos com a falta de infraestrutura do local do que os idosos que apenas transitam por ali, já que o primeiro grupo permanece por mais tempo naquele ambiente.

Como abordado no tópico 6.1, a qualidade do mobiliário urbano foi citada diversas vezes com descontentamento. Os idosos apontaram a quantidade insuficiente de lixeiras, a iluminação por vezes precária, os bancos que não oferecem nenhum conforto e a carência de equipamentos de lazer.

Foi exposto que nos dias ensolarados, no intervalo compreendido entre 10h

da manhã e 16h da tarde, permanecer na praça é desagradável, já que o local não possui nenhuma proteção contra a incidência dos raios solares. A falta de sombreamento e áreas verdes é uma questão que incomoda bastante os idosos e impede que esses usuários permaneçam por mais tempo na praça. Para melhor entendimento de seus hábitos, as informações foram sintetizadas em gráficos (Figura 36).

Figura 36: Gráfico de hábitos dos usuários idosos da praça



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

De modo geral, ainda que o espaço não atenda às necessidades desses usuários, os idosos frequentam a praça atraídos pelo comércio e por sua localização, no centro da cidade, próxima ao ponto de ônibus e ao acesso para outros bairros, sendo este um local de descanso para os que andam pela cidade a pé.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praças detêm significativo potencial a ser explorado pela cidade e sua população: por seu acesso livre e gratuito, são um importante instrumento para o lazer e a inclusão social. No entanto, no Brasil, é comum que os espaços públicos urbanos, como as praças, possuam características que dificultem ou impossibilitem o seu uso indiscriminado, como a inadequação dos equipamentos, falta de acessibilidade física, de manutenção, segurança, entre outros.

A partir de um recorte urbano genérico, os procedimentos metodológicos desenvolvidos nesta monografia, permitiram identificar as barreiras e hostilidades enfrentadas pelos idosos nos espaços livres públicos, desde o acesso, até a permanência e realização de atividades. Os resultados mostraram que todos os aspectos limitantes ao uso da praça pelos idosos podem ser solucionados por meio da requalificação do espaço, a partir de um projeto em concordância com as diretrizes da NBR-9050, que ofereça autonomia, conforto e segurança, não apenas para os usuários longevos, mas para todos.

O papel da administração pública não deve se restringir a fiscalizar, mas também ser agente transformador, capaz de articular os diferentes interesses da cidade dentro de um espaço. É função dos órgãos municipais identificar áreas latentes de ação, as vias para o desenrolar burocrático e maneiras de intervir e gerir os espaços, a fim de promover efetivamente ações de transformação do meio urbano, que atendam às demandas da população com qualidade.

A arquitetura e o urbanismo devem estar totalmente vinculados às pessoas e suas histórias. É preciso pensar nos espaços públicos como um local de encontro e interação para todos, sem restrições. Projetar espaços públicos acessíveis, seguros e confortáveis é uma forma de garantir aos cidadãos seus direitos fundamentais. Acreditar no poder da relação entre as pessoas e a cidade que habitam, faz parte do incentivo à convivência e à inclusão social.

## REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR-9050: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ALMEIDA, Vera Lúcia et al. **Cidade e Velhice –Desafios e Possibilidades**. São Paulo, 2010.

ASSIS, M. **Promoção da saúde e envelhecimento**: avaliação de uma experiência no ambulatório do Núcleo de Atenção ao Idoso da UnATI/UERJ. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Declaração de Brasília sobre envelhecimento**. Seminário Mundial do Envelhecimento: Uma Agenda para o Século XXI. Brasília, 1996.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

BRASIL. **Estatuto do Idoso** / Ministério da Saúde - 3. ed., 2. Reimpressão. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto\\_idoso\\_3edicao.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf). Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) Acesso em: 01 de mar. de 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**: Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. **Pacto pela Saúde:** Portaria 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União, 2006.

CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: um conceito para todos.** (Realização Mara Gabrielli). São Paulo, 2008.

CUNHA, Marcella V. P. de O. **Acessibilidade Física do Doso ao Espaço Público:** Estudo e proposições projetuais em João Pessoa - PB. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba) João Pessoa, 2011.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera H. M. **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos:** guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2006.

FILHO, Amorim Oswaldo Bueno. FILHO, Sena Nelson de. **A Morfologia das Cidades Médias.** Editora Vieira, 2007.

FUNDARTE - Fundação de Cultura e Artes de Muriaé. **Patrimônio Histórico do Município.** Disponível em: <https://www.fundartemuriae.com.br/patrimonio-historico-do-municipio/>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.

GUIMARÃES, Pedro Paulino. **Configuração Urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização.** ProLivros: São Paulo, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/caratinga/panorama>. Acesso: 01 de mar. de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios.** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 01 de mar. de 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** Martins Fontes, São Paulo, 2011.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** 3.ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2004

MACEDO, Silvio S.; QUEIROGA, E.; ARRUDA CAMPOS, Ana C.; et. al. **Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição as esferas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ – FAU, 2009.

MENDES, Márcia R.S.S. Barbosa et al. **A Reabilitação na saúde do adulto e do idoso.** Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP - São Paulo (SP), 2005.

MURIAÉ – Prefeitura Municipal de Muriaé. **Nossa História.** Disponível em: <https://muriae.mg.gov.br/nossa-historia/>. Acesso em: 22 de jun. de 2020

Organização das Nações Unidas. **Relatório Mundial das Cidades 2016:** urbanização nos últimos 20 anos. Nova Iorque: ONU, 2016.

Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento ativo:** um projeto de política de saúde. Madrid: OMS, 2002.

Organização Mundial da Saúde. **Guia Global:** Cidade amiga do idoso. Rio de Janeiro: OMS, 2008.

PRADO, A. R. de A. et al. **Moradia para o idoso: uma política ainda não garantida.** Caderno Temático Kairós Gerontologia. São Paulo, 2010.

REIS, Alcântara. **A Cidade como Palimpsesto:** Permanências e Rupturas na Evolução Urbana de Caratinga/MG. Programa de Pós-Graduação – Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

RIBEIRO, A. R. S. C.; MESQUITA, L.; SOUTO, E.; VERAS, L.; MOTA, N.; AUDET, E.; GONÇALVES, F. **Espaços Livres do Recife.** Recife: 2000.

RODRIGUES, Nara da Costa. **Política Nacional do Idoso - Retrospectiva Histórica.** Porto Alegre, 2001.

ROLNIK, R. **Lazer numa sociedade globalizada.** São Paulo: SESC São Paulo, 2000

SANT'ANNA, R. M. **Mobilidade e segurança no trânsito da população idosa: um estudo descritivo sobre a percepção de pedestres idosos e de especialistas em engenharia de tráfego.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SANTINI, Rita de Cássia Giraldi. **Dimensões do lazer e da recreação - Questões espaciais, sociais e psicológicas.** São Paulo/SP, 1993.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos.** WVA, Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Eduardo Alexandre Ribeiro et al. **O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas.** São João Del-Rei, 2015. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082015000200014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200014&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 05 de jun. de 2020.

VELOSO, Ana Sofia Tanoeiro. **Envelhecimento, Saúde e Satisfação: Efeitos do Envelhecimento Ativo na Qualidade de Vida.** Coimbra, 2015.

## APÊNDICE A - PLANILHA DE OBSERVAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Domínio	Aspecto	Indicador	Bom	Regular	Ruim
Praça	Segurança	Tipo de piso			X
		Estado de conservação do piso			X
		Iluminação para deslocamento noturno	X		
		Acessibilidade			X
	Conforto	Presença e conservação do mobiliário			X
		Presença e conservação de equipamentos			X
		Sombreamento			X
	Ambiência	Limpeza	X		
		Atividades de lazer			X
Entorno	Segurança	Tipo de piso	X		
		Estado de conservação do piso	X		
		Iluminação para deslocamento noturno	X		
		Rampas alinhadas			X
		Piso tátil de alerta e direcional nos rebaixos			X
		Sinalização vertical de travessia			X
		Sinalização de velocidade máx. veículos		X	
		Presença de faixa de pedestre		X	
		Largura da via	X		
		Vagas de estacion. idosos com sinalização			X
		Relação de veículos e pedestres (conflito)			X
	Conforto	Largura efetiva do passeio		X	
		Obstrução temporária			X
		Obstrução permanente		X	
	Ambiência	Limpeza		X	
		Uso das edificações	X		
		Estado de conservação das edificações	X		
		Uso público noturno	X		
		Cor e textura	X		
		Aspecto das vias, passeios e edificações	X		
		Relação horizontalidade/verticalidade	X		
Poluição visual				X	
Fachadas visualmente permeáveis		X			
Fachadas fisicamente permeáveis		X			